



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

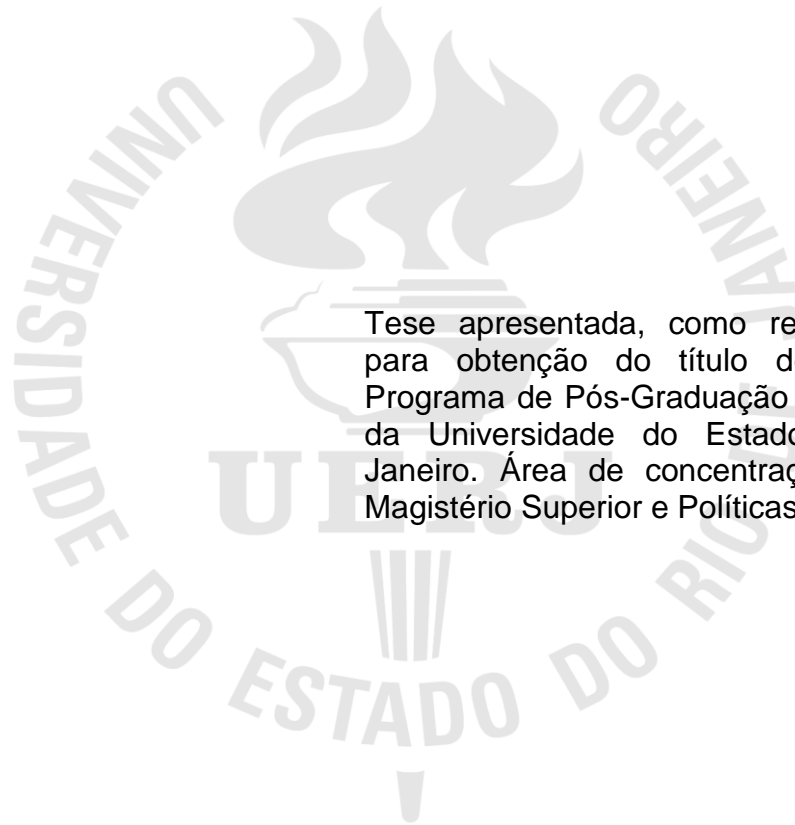
Maristela Turl Medeiros

Do sertão à zona rural. Que sertão?

Rio de Janeiro
2009

Maristela Turl Medeiros

Do sertão à zona rural. Que sertão?



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pesquisa, Magistério Superior e Políticas Públicas.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Cléia Schiavo Weyrauch

Rio de Janeiro

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M488 Medeiros, Maristela Turl.
Do sertão à zona rural. Que sertão? / Maristela Turl
Medeiros. - 2009.
90 f.

Orientadora: Cléia Schiavo Weyrauch.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Educação urbana – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. . Rio
de Janeiro (RJ) – Subúrbios – Aspectos sociais – Teses. 3.
Crescimento urbano – Rio de Janeiro (RJ) – Políticas públicas –
Teses. 4. Crescimento urbano – Rio de Janeiro (RJ) – Subúrbios
– Teses. I. Weyrauch, Cléia Schiavo, 1938-. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III.
Título.

dc

CDU 37.015.4(815.31): 304

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese.

Assinatura

Data

Maristela Turl Medeiros

Do sertão à zona rural. Que sertão?

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pesquisa, Magistério Superior e Políticas Públicas.

Aprovada em 31 de agosto de 2009.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Cléia Schiavo Weirauch (Orientadora)
Departamento de Ciências Sociais da UERJ

Prof^a. Dr^a. Nanci Vieira de Oliveira
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof^a. Dr^a. Sylvia Franca Schiavo
Departamento de Antropologia da UFF

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Dadalto
Departamento de Ciências Sociais da UFES

Prof. Dr. Zacarias Jaegger Gama
Centro de Educação e Humanidades da UERJ

Rio de Janeiro

2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pela fé e perseverança que tem me dado e aos meus pais Nelly e José; pela dedicação e compreensão, em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, especialmente à Cléia Schiavo Weirauch pela dedicação e empenho para o desenvolvimento de nossa monografia e, principalmente ao acesso irrestrito a documentação da Zona Oeste.

A professora Nanci Vieira de Oliveira, pelas sugestões e permissão em utilizar mapas de sua pesquisa, material esse que em muito elucidaram no resultado desta investigação.

Aos membros da pesquisa do Centro de Referência Histórica da Zona Oeste da UERJ, principalmente ao amigo Nelson Ricardo Mendes Lopes, que através de seus comentários e sugestões obtive inúmeras informações para o desdobramento desta pesquisa.

Ao pesquisador Rogério Fróes e ao morador de Campo Grande, Sr. Almir Baratta pelas entrevistas concedidas. Seus relatos e depoimentos trouxeram novos elementos de análise para o desenvolvimento do objeto em estudo.

E aos colegas de turma do doutorado: Francisco Marcelo Barone do Nascimento, Karla Estelita Godoy, Maria Emília Pereira da Silva, Lílian de Souza Lima e Elaine Constant Pereira de Souza, amigos que, direta ou indiretamente, colaboraram na elaboração deste trabalho.

Aos profissionais da secretaria do PPFH, funcionários sempre presentes e dispostos em ajudar.

RESUMO

MEDEIROS, Maristela Turl. Do sertão à zona rural. Que sertão? 2009. 89f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Sertão se apresenta no imaginário comum do brasileiro como sendo uma região agreste, marcada pelo clima semi-árido e pela caatinga; além de ser descrito como uma área longe do litoral e distante das grandes povoações. Entretanto, ao estudar a história da cidade do Rio de Janeiro percebemos modificações substanciais neste conceito. Sendo assim, o objetivo desta tese foi polemizar sobre o conceito de sertão e analisar seu processo de transformação/modernização até a criação da zona oeste. Assim, ao mesmo tempo em que analisou esse processo, avaliou a relação cidade-campo e como foi compreendida em diferentes momentos no processo de formação da cidade do Rio de Janeiro e arredores.

Palavras-chave: Sertão. Rio de Janeiro. Zona Oeste. Cidade-Campo.

ABSTRACT

Hinterland is presented in the common Brazilian imaginary as a wild region, marked by the semi-arid climate and caatinga (region covered with brushwood), besides being described as an area far from the coast and away from big cities. However, after studying the history of the city of Rio de Janeiro substantial changes in this concept was noticed. Therefore, the objective of this thesis was arguing about the concept of hinterland and analyze its process of transformation and modernization until the creation of the west zone. Thus, while this process was examined, we appreciate the relationship between town and country, and it was understood at different moments in the formation of the city of Rio de Janeiro and its surroundings.

Keywords: Hinterland. West Zone. Town and Country.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa: Manoel Vieira (1767). Campo Alegre (Resende) até Ribeirão das Lages	37
Figura 2 –	Mapa: Manuel Vieira (1767) Parati, Facão	39
Tabela 1 –	Região: Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro Produção Agrícola	49
Figura 3 –	Mapa: Campo Grande. Bairros	52
Tabela 2 –	Exportação de frutas cítricas em caixa	60

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	12
	INTRODUÇÃO	17
1	CONCEITO TEÓRICO: CONTRIBUIÇÃO DE HENRI LEFEBVRE	20
1.1	Henri Lefebvre e José de Souza Martins: reflexões teóricas	20
1.2	O método regressivo progressivo	21
1.3	Conceito de subúrbio e periferia para José de Souza Martins	22
1.4	Conceito de subúrbio na cidade do Rio de Janeiro	24
2	DO SERTÃO À ZONA RURAL. O CASO DO RIO DE JANEIRO	31
2.1	Introdução	31
2.2	Definição de sertão	32
2.3	Litoral x sertão	35
2.4	O sertão como espaço de produção	41
2.5	Nova fronteira urbana: a fisionomia da cidade carioca pós-Família Real	43
2.6	O subúrbio como unidade de produção	48
2.7	A zona rural na cidade do Rio de Janeiro	55
3	CONTINNUM URBANO, EXPRESSÃO URBANA E A REALAÇÃO CAMPO/CIDADE	64
3.1	Introdução	64
3.2	Do feudalismo à economia mundo	64
3.3	A divisão social do trabalho e a relação campo-cidade	66
3.4	<i>Continnum urbano</i> , expansão urbana e a relação campo/cidade ...	67
3.5	Considerações	70
4	A MODERNA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	72

4.1	Introdução	72
4.2	A formação do Estado burguês no Brasil	72
4.3	Considerações	75
5	CONCLUSÕES	76
5.1	Onde o rural e o urbano convivem	76
	REFERÊNCIAS	80
	ANEXO – O Sertão Carioca de autoria de Magalhães Correia.....	90

APRESENTAÇÃO

*“Tenho orgulho em dizer que sou caipira, fui criado no mato. Nasci no sertão carioca, naquela época era o sertão carioca, depois zona rural e hoje zona oeste.”
(Depoimento ALAMIR BARATTA, morador de Campo Grande)*

A discussão do presente trabalho se iniciou em reuniões no extinto Centro de Referência e Documentação da Zona Oeste¹, instituído junto ao Instituto de Filosofia das Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

O Centro consiste em um núcleo voltado para estudo da zona oeste, que reunia um número significativo de pesquisadores interessados na história urbana, em particular a área de Planejamento V (AP V)², na cidade do Rio de Janeiro. A instituição foi inicialmente coordenada pela professora Cléia Schiavo Weyrauch, que imprimiu ao núcleo atividades nas áreas de ensino e pesquisa direcionadas para o entendimento desta área.

Hoje, o Centro de Referência e Documentação da Zona Oeste encontra-se em fase de reconstituição, embora parte de suas pesquisas esteja sendo desenvolvida pela professora na linha de pesquisa Espaço Urbano e Cultura no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Em particular, o projeto de História e Memória da Zona Oeste, que tem interesse pela análise do processo de assentamento social e institucional da Zona Oeste do Rio de Janeiro, inclusive o presente trabalho, que tem por objetivo tanto polemizar sobre o conceito de sertão quanto analisar seu processo de transformação/modernização até a criação da zona oeste.

Sendo assim, nosso estudo questiona a ambiguidade do termo sertão como

¹ Centro de Referência e Documentação da Zona Oeste, inserido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e até a aposentadoria da professora Cléia Schiavo vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana.

² O Centro consiste em um núcleo voltado para estudo da zona oeste, que reúne um número significativo de pesquisadores interessados na história urbana, em particular a área de Planejamento V (AP V). A área de Planejamento V é formada por 20 bairros e 5 regiões administrativas na cidade do Rio de Janeiro, distribuídas da seguinte maneira: Região Administrativa XVII Bangu, que inclui os bairros de Padre Miguel, Bangu e Senador Câmara; RA XVIII: Campo Grande, que abrange os bairros de Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Inhoaíba e Cosmos; RA XIX Santa Cruz, compreendendo os bairros de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba; RA XXVI Guaratiba, destacando os bairros de Guaratiba, Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba; e RA XXXIII Realengo, envolvendo os bairros de Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos e Realengo. Disponível em www.rio.rj.gov.br. Acesso em 23 mar. 2007.

lugar desocupado e insalubre. Embora sua ocupação viesse a gerar expressivas alterações no contexto social e na ordem espacial de uma cidade, a maior parte dos intérpretes da cidade estranhamente deixou de perceber isso; e mesmo os poucos autores que abordam sua história de ocupação tratam como fenômeno relativamente sem importância. Mas o fato de que sertão se torna visível quase tão cedo quanto o “*nascimento*” da própria cidade talvez explique a capacidade de sobrevivência da cidade antiga, frente às condições insalubres que predominam em seu espaço.

Na cidade do Rio de Janeiro, pode-se apontar a ambiguidade do conceito sertão para aquela área na medida em que ela se articulava, de várias formas, com o mercado consumidor representado pela cidade do Rio de Janeiro. Pode-se dizer que a região, desde o século XVI, já se comportava como área produtiva tanto pela criação regular de gado como pela produção agrícola. A extração de madeira e posteriormente da própria indústria carvoeira deixa claro que o sertão do Distrito Federal era um espaço produtivo, inclusive pela indústria de seda pura que se implantou no século XIX na região de Seropédica. A partir de 1881³, o matadouro torna-se um pólo de circulação comercial de carnes e sua economia acaba por propiciar uma rede política que teve um papel importante na República Velha.

Neste trabalho evita-se o simplismo de análise dicotômicas tais como antigo/novo, arcaico/moderno, sertão/civilização, que serviram para enfatizar o novo, o moderno e a civilização em detrimento do seu oposto. A definição de um pelo outro, modo geral, relegou tanto análises endógenas capazes de revelar traços específicos da região como também teorias sobre o avanço do urbano nas

³ Com o crescimento da Cidade, falta de espaços para o gado ser alojado, equipamentos obsoletos, condições de uso sem qualquer higiene e custos crescentes, o Campo de São José, em Santa Cruz, é escolhido para sediar o novo Matadouro do Rio de Janeiro. Em 1876, é lançada a pedra fundamental e, em 09/09/1881, é colocado em funcionamento, com os primeiros abates acontecendo em 04/11/1881. Em 30/12/1881, com a presença de D. Pedro II e membros da Família Imperial, parlamentares, ministros, diplomatas, autoridades e imprensa, o Matadouro é inaugurado oficialmente e de forma festiva. O Matadouro trouxe um importante desenvolvimento para o comércio local, com a melhora da infraestrutura, o aparecimento de novas residências e casas de negócios. Com isto, Santa Cruz foi o primeiro bairro do subúrbio a ter iluminação elétrica, graças ao gerador do Matadouro. Para alojar as famílias de funcionários vindos de outras localidades foram construídas duas Vilas Operárias bem próximas para facilitar o acesso às dependências da nova unidade industrial. A história de Santa Cruz tomou um novo rumo com a presença do Matadouro. O progresso que ele trouxe deixou um lastro de desenvolvimento, além das histórias e "causos" que magarefes e moradores antigos ainda podem contar: do estouro de bois à chegada do matruquinho (trem que transportava a carne). A vida continuou em torno desse pólo, mesmo quando veio a decadência. Disponível <http://www.quarteirao.com.br/matadouro.html>. Acesso em 8 fev.2007.

sociedades capitalistas. De um lado, o abandono de uma análise com base na dinâmica interna socioeconômica da região encobriu o próprio protagonismo político social de um importante grupo da região denominado Triângulo. Este trabalho procura tanto evidenciar essa dinâmica interna como apelar para o conceito de urbano, seja da perspectiva da exploração racional dos territórios rurais pela cidade, seja por um modo de vida urbano, que, pouco a pouco, foi aproximando o campo à cidade.

Com base no conceito de *continuum* urbano formulado por Henri Lefebvre, discute-se aqui a fragilidade do contraponto civilização sertão como relação à cidade do Rio de Janeiro e seu interior. Nessa dinâmica urbana esse conceito passa neste, neste trabalho, a expansão da cidade do Rio de Janeiro e seus respectivos rebatimentos urbanos no interior desse sertão.

De um modo geral, o Sertão serviu para designar o território não urbano da cidade do Rio de Janeiro voltado desde o início para a produção agro-pecuária e extrativa. Essas áreas subordinadas às freguesias religiosas, modo geral, eram chamadas de freguesias de fora, ou rurais, afastadas do limite urbano da cidade. No governo do Prefeito Amaro Cavalcanti oficialmente se extingue o sertão com o Decreto no: 1.185 de 5 de Janeiro de 1918, em um contexto em que as vias Férreas se haviam expandido para as Freguesias Rurais da Cidade do Rio de Janeiro.

Historicamente, as áreas nomeadas como sertões tiveram como marca aquilo que os portugueses no século XVI chamaram de sertão. Ana Maria da Silva Moura (1999) assim se refere à questão:

Sertão é, então, à época, lugar inculto (porque não cultivado e dominado pelo colono), deserto (porque não povoado por colono, independente das populações indígenas), lugar de barbárie (porque habitado por não cristãos). Torna-se o perfeito contraponto da palavra civilização. Civilização significava o vasto conjunto de práticas, crenças, valores, cultura e povos cristãos. Civilizar possuía o sentido de integrar, de maneira subordinada, povos não cristãos à cristandade, às suas práticas, crenças. Sociabilidades e ao governo cristão. (MOURA, 1999, p. 13).

Entretanto, essas freguesias de fora, designadas de sertão desde os tempos coloniais, mal se encaixaram a esse convencional conceito na medida em que se constituíram espaços de racionalidade. Como sugere Nireu Cavalcanti (1994) ao referir a estrutura empresarial no Brasil em terras afastadas do litoral:

Índios aldeados e escravos africanos constituíram a mão de obra não assalariada fundamental à estrutura empresarial no Brasil colônia, acrescida de capital, de tecnologia e de profissionalismo administrativo, atributos abundantes na Companhia de Jesus. Estrategicamente, os jesuítas arrendaram áreas apropriadas ao estabelecimento de sítios agrícolas e lotes para construção de moradias ou para comércio. Além da renda que a Companhia de Jesus obtinha com o foro desses arrendamentos, tais pessoas seriam guardiões da imensa propriedade jesuítica. Com esse conjunto de medidas, os inicianos construíram no Rio de Janeiro colonial a sua maior empresa agro-pastorial. O rebanho de gado vacum ultrapassou o impressionante número de 13 mil cabeças, graças ao domínio do regime das águas da bacia hidrográfica na região explorada da fazenda, através da construção de canais, valas, barragens, drenagem e aterramento das zonas baixas sujeitas a alagadiços. (CAVALCANTI, 1994, p. 16)

Essas transformações urbanas nas freguesias afastadas do limite núcleo da cidade aumentaram no início do século XIX, quando a Corte Portuguesa aportou em terra carioca. A fazenda dos antigos jesuítas, localizada em Santa Cruz⁴, foi um desses exemplos. O poder real aí se instalou com a construção do Palácio de Veraneio Real. Juntamente com as transformações de uso do palácio, obras de urbanização foram realizadas e construídas edificações em seu entorno para dar suporte às funções palacianas e abrigar atividades comerciais e burocráticas para atender aos nobres em convívio com o poder real (CAVALCANTI, 1994).

De fato, essa região longe estava de poder ser identificada ao clássico conceito de enclave sertanejo como, por exemplo, o de Canudos⁵, que enfrentou as forças legais da República em guerra até hoje lembrada. Em tempos anteriores à chegada da Família Real, foi dessa região que madeiras foram extraídas tanto para a construção naval quanto para a produção de dormentes da estrada de ferro, assim como para a promissora indústria carvoeira. A produção agro-pecuária atendia

⁴ Das fazendas situadas nas freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro, uma das mais importantes era a dos jesuítas – compreendida entre a barra de Guaratiba (hoje município de Mangaratiba) até Vassouras, no sul do atual Estado do Rio de Janeiro, integrava a poderosa Fazenda de Santa Cruz, a mais desenvolvida das freguesias rurais da cidade durante os anos de 1656-1759. Na propriedade havia milhares de escravos, cabeças de gado, e diversos tipos de cultivos, manejados com técnicas avançadas para sua época. De acordo com Nireu Cavalcanti (2003), o gado dos jesuítas ultrapassou 13 mil cabeças, graças ao domínio do regime de águas da bacia hidrográfica na região explorada da fazenda, através de construção de canais, valas, barragens, drenagem e aterramento das zonas baixas sujeitas a alagadiços (...) “No período das estiagens, quando o solo secava excessivamente, as comportas eram abertas para irrigar o terreno”(Cavalcanti, 2003: 16). Esse quadro assim permaneceu até a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759. Suas propriedades foram confiscadas, retalhadas e vendidas, sendo que algumas permaneceram na propriedade do governo. No entanto, com a chegada da Família Real ao Brasil, no início do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a Capital da Corte e a Fazenda de Santa Cruz foi promovida como o local de veraneio. Desse modo, o antigo Convento tornou-se o Palácio Real de Santa Cruz, cujas antigas celas dos jesuítas, salões, cozinha e igreja serviram de residência rural da monarquia (Cavalcanti, 2003).

⁵ A Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos, também conhecida como Guerra dos Canudos em certas regiões do sertão baiano, foi o confronto entre o Exército da República e um movimento popular de fundo sócio-religioso liderado por [Antônio Conselheiro](#), que durou de [1896](#) a [1897](#), na então comunidade de [Canudos](#), no interior do estado da [Bahia](#), no [Brasil](#). Disponível:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos> Acesso: 13 ago. 2008.

parcialmente ao mercado de alimentos, sobretudo às áreas urbanas existentes nos próprios subúrbios surgidos com o avanço surgido com o avanço moderno complexo ferroviário na região.

INTRODUÇÃO

Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da opressão. A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. Interfere com outras representações e com outras relações: cidade e campo, natureza e facticidade etc. Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, ou conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o “tecido urbano”. (LEFEBVRE, O direito à cidade)

O uso da palavra sertão, no território nacional, não é novo. Desde a Carta de Pero Vaz de Caminho, em 1500, o termo já aparece, indicando terras afastadas do litoral; mas após anos de exploração e ocupação do solo brasileiro percebe-se que esse conceito variou.

Observe-se que os autores, aqui consultados, em sua maioria dirigem suas análises, sobretudo, a uma idéia de locação, isto é, posição geográfica e aspectos físicos dessas áreas, mas, no entanto, poucos se referem especificamente a aspectos econômicos tão presentes nesses territórios. Sendo assim, foram selecionados autores que auxiliam na conceituação do objeto de estudo – partindo do conceito mais genérico, até concepções e conceitos que identificaram transformações ocorridas no tempo e no espaço.

De fato, sertão geralmente é analisado como uma região problema, supostamente mais atrasada em relação às regiões mais urbanizadas e, sobretudo a cidade do Rio de Janeiro capital desde o final do século XVIII.

Dessa forma, o objeto da dissertação tem por objetivo tanto polemizar sobre o conceito de sertão quanto analisar seu processo de transformação/modernização até a criação da zona oeste. Assim, ao mesmo tempo em que se estuda esse processo, avalia-se como a relação cidade-campo foi compreendida em diferentes momentos no processo de formação da cidade do Rio de Janeiro e arredores.

Assim, dividimos o presente trabalho em capítulos contendo: Apresentação e introdução e capítulo teórico, denominado Conceito teórico: contribuição de Henri Lefebvre, nele se descreve os caminhos da pesquisa, o método utilizado e as

perspectivas históricas que perpetuam a tese. Nele contém os sub capítulos: Henri Lefebvre e José de Souza Martins: reflexões teóricas; O método regressivo-progressivo; Conceito de subúrbio e periferia para José de Souza Martins e, por último, Conceito de subúrbio na cidade do Rio de Janeiro.

No segundo capítulo ficou desmembrado em quatro sub capítulos. Assim denominados: Do sertão à zona rural. O caso do Rio de Janeiro; *Continuum* urbano, expressão urbana, Expressão urbana e a relação campo/cidade; A Moderna do Rio de Janeiro, e por último, as Conclusões, que também uma sub capítulo designado de Onde o rural e o urbano convivem.

No primeiro capítulo, procura-se observar o processo de transformação e modernização ocorrido em determinadas áreas cariocas, principalmente entre 1918 a 1950, que serviu para estreitar a relação "*rural-urbana*" na cidade do Rio de Janeiro. Em face dessa situação, resgata o termo sertão para visualizar essas transformações e apresentar como seu espaço serviu para designar o território não urbano da cidade. Tenta-se aqui afirmar a inadequação do "*uso do clássico conceito de sertão*"⁶ para determinadas localidades compreendidas na cidade.

Enquanto, no segundo capítulo, o questionamento foi o espaço rural cada vez mais envolvido com as manifestações da cidade, influenciando as formas de trabalho, produção e comercialização.

A última parte ficou dividida em dois momentos: o primeiro consiste em um breve histórico contendo relatos das transformações econômicas da região em estudo, e como nela se processou a aproximação entre rural e urbano na cidade do Rio de Janeiro; e a segunda: resgatamos o conceito de *continuum* urbano para explicar a dinâmica moderna e seus respectivos rebatimentos no interior desse sertão e como as instituições oriundas das relações de classes sociais e de propriedades participaram dessas mudanças no espaço da cidade.

Este trabalho é fruto da pesquisa Do rural ao urbano no Rio de Janeiro, coordenado pela Profa. Cléia Schiavo. Agradeço a permissão para utilizar o material

⁶ Sertão, na literatura brasileira, é compreendido como uma área inculta, de clima semi-árido e com a presença da caatinga. Geralmente encontra-se afastada do litoral e das grandes povoados.

da pesquisa e pela orientação na elaboração desta pesquisa.

1 CONCEITO TEÓRICO: A CONTRIBUIÇÃO DE HENRI LEFEBVRE

Conviria definir a cidade. Se é exato que o conceito se solta pouco a pouco das ideologias que o veiculam, ele deve ser formulado no curso dessa caminhada. Portanto, propomos aqui uma primeira definição da cidade como sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano. Longas controvérsias a respeito dessa definição mostram bem suas lacunas. Antes de mais nada, ela exige algumas precisões suplementares. (LEFEBVRE, 1991, p. 62).

1.1 Henri Lefebvre e José de Souza Martins: reflexões teóricas

Henri Lefebvre (1901-1991) é reconhecido como um profundo estudioso do pensamento do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883). O sociólogo francês concentrou suas pesquisas na dinâmica da urbanização do mundo, afirmando que hoje vivemos em uma sociedade moderna. Ao longo de muitos anos dedicou sua vida acadêmica ao estudo do espaço social e da vida cotidiana das cidades na perspectiva de uma leitura dialética da vida do homem urbano.

A partir dos anos 1970 Lefebvre passa a publicar regularmente destacando a importância da relação urbana. Os livros de Lefebvre ressaltam a relação dialética entre espaço, tempo e história, o que levou a formular o conceito de Formação Social. A partir dele “*acrescenta que na realidade os limites impostos pela natureza dos homens não são barreiras, e sim, após ser convertida e/ou subordinada, a natureza passa a atender às necessidades primordiais dos homens*” (Martins, 1996, 15). Enfim, para ele, o homem não apenas produz na natureza, mas, também reproduz em seu espaço – transformando para saciar-se, para atender suas necessidades, modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida, modificando ao mesmo tempo sua relação com a natureza (MARTINS, 1996).

Outro vetor de análise de Lefebvre refere-se à dinâmica histórica das forças produtivas, das relações sociais, das superestruturas (política, culturais). E afirma que as transformações históricas necessariamente não obedecem ao mesmo modelo, embora não abdique da crítica radical ao capitalismo.

1.2 O método regressivo-progressivo

Em termos metodológicos, os estudos de Lefebvre direcionados à compreensão da realidade rural francesa (anos 1940/1950) constituem o ponto de partida dos estudos sobre a urbanização da sociedade.

Os caminhos da pesquisa relatados pelo autor consistiram em três momentos, denominadas como: “*complexidade horizontal*”, “*diferenças essenciais*” e “*complexidade vertical*”. São momentos que compreendem etapas de investigação de pesquisa, onde o pesquisador caberá descrevê-lo, e por meio da “*observação participante*” e *época*, ou definido por Lefebvre como “*realidade datada*” a realidade descrita a fim de, num próximo passo da observação do objeto, entender as alterações do objeto de pesquisa (MARTINS, 1996, p. 25).

E assim, conclui-se que o método regressivo-progressivo inicia do presente e volta ao passado para destacar fatos que esclarecem o presente. Depois, faz o movimento contrário na tentativa de revelar todas as possibilidades contidas no momento atual.

Nesse sentido, e influenciado pelo método de pesquisa divulgado nas obras de José de Souza Martins (2008) que estudou a ocupação da cidade de São Paulo através dos subúrbios⁷ da cidade. Para ele, relatar a imagem da cidade através da periferia acaba com a imagem instituída por muitos estudiosos e moradores das áreas centrais, que afirmam da importância das áreas centrais como referência na ocupação da cidade, perdendo assim a dimensão do todo. O sentido “*ao contrário*” de se relatar uma história urbana permite resgatar a biografia da população que até então estava à margem da história (MARTINS, 2008, p. 55).

A inversão do código de interpretação não apenas recupera relatos e fatos ocorridos na ocupação de uma cidade, mas também apresenta novos elementos para história urbana.

⁷ Na obra “A Apropriação do Demônio na Fábrica. Origens Sociais do EU dividido no Subúrbio Operário” (2008) de Jose de Souza Martins o autor ao utiliza a expressão “*o entorno da cidade*” para definir os subúrbios paulistas.

1.3 Conceito de subúrbio e periferia para José de Souza Martins

Na obra: *A Apropriação do Demônio na Fábrica. Origens Sociais do EU Dividido no Subúrbio Operário*, José de Souza Martins (2008), defini o entorno da cidade como subúrbio, e estabelece o termo como referência de uma zona localizada “à margem da cidade”.

A partir de estudos e pesquisas, MARTINS⁸ estabelece subúrbio à região agrícola da cidade de São Paulo compreendida na localidade do ABC. Assim descreve:

A menção que encontrei a essa palavra foi num levantamento oficial da população, realizado na segunda metade do século XVIII. Referia-se à atual região do ABC, os antigos bairros de São Caetano, de São Bernardo, da Borda do Campo e do Caaguçu, povoada por moradores de algumas grandes fazendas e de alguns bairros rurais a elas vinculados, muitos ligados à dinâmica cotidiana da cidade de São Paulo. A palavra ainda era utilizada nos anos 60 do século XX. Os ingleses que construíram a São Paulo Railway, no século XIX, adotaram a palavra para indicar a região correspondente ao trecho da ferrovia que era cotidianamente tributário da cidade de São Paulo, entre a estação de São Bernarndo (depois, Santo André) e a estação da Lapa. Com o tempo, a própria ferrovia estendeu o conceito do subúrbio de Mauá, na direção de Santos, e para Francisco Morato, na direção de Jundiaí. Na estação de Paranapiacaba ainda há uma placa indicativa apontando a plataforma de embarque nos trens de subúrbio e subúrbio passou a ser sinônimo dos trens locais na região metropolitana; “tomar o subúrbio” passou a ser expressão comum. Nos séculos XVIII e XIX, a cidade se expandia de modo suburbano, um modo de ocupação territorial baseado num modo de vida, o rural, como extensão cotidiano do urbano. (MARTINS, 2008 p. 43 ,44).

Como visto na explanação de Martins, desde o século XVIII a noção de subúrbio servia para designar as áreas de cultivos rurais de São Paulo. Mesmo com a implantação da ferrovia e com o desenvolvimento urbano da cidade, a denominação dessas regiões mudou.

Ao expor seu conceito de subúrbio, reconhece que com crescimento das atividades exclusivamente urbanas e o aumento da população da cidade, essa

⁸ MARTINS, José de Souza. *Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *A aparição do demônio na fábrica – origens sociais do eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

denominação ganhou um novo sentido. Utiliza como marco de transformação o momento em que a cidade deixa de ser apêndice do campo e o campo começa a se tornar apêndice da cidade. É o momento e difusão da noção de subúrbio, o que de algum modo coincide com a restauração da Capitania de São Paulo quando se tornou, assim, capital da então extensa capitania, residência de um representante da Coroa e presença do poder central e monárquico em face do poder municipal e republicano da Câmara (MARTINS, 2008, p. 44).

A localidade ocupada pela nova classe dirigente passa a ser considerada uma área nobre, enquanto o subúrbio agrega as funções das fazendas, as de lugares também de repouso, de esparecimento e de lazer. Enfim, essas mudanças de mentalidades foram analisadas por Martins como sendo consequências da atração por locais bucólicos.

Reconhece que muitos desses subúrbios eram áreas de lazer, e definia que até as primeiras décadas do século XX moradores de São Paulo e de Santos faziam piqueniques em São Caetano ou veraneavam em São Bernardo. Ribeiro Pires ainda é um lugar de chácaras de veraneio. Nos anos 50, a pedido da secretaria da saúde do estado, o escritor Afonso Schmid escreveu um conto, para ser distribuído nos centros de saúde, que tinha como personagem um tuberculoso, um trabalhador pobre. A ele fora recomendado que morasse num sítio do subúrbio, na região da estação de Taipas, perto do Jaraguá, para se restabelecer com o ar puro da roça suburbana (MARTINS, 2008, p. 48).

MARTINS (2008), ao distinguir subúrbio de periferia, define subúrbio como sendo uma fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos destinados a moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins, muitas flores e um certo suave perfume suburbano; enquanto a periferia era um produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calcadas estreitas, falta de praça, terrenos minúsculos, casas ocupando nas precariedades de seus cômodos, todo o reduzido espaço disponível para a construção, falta de plantas, muita sujeira e fedor (MARTINS, 2008, p. 50).

1.4 Conceito de subúrbio na cidade do Rio de Janeiro

Uma sutil diferença separa os conceitos de subúrbios paulistas dos subúrbios cariocas. Enquanto o apresentado por MARTINS (2008) diferencia subúrbio de periferia, na cidade do Rio de Janeiro os autores aqui selecionados não conseguiram diagnosticar de maneira tão nítida esses dois pólos.

Na cidade do Rio de Janeiro, até 1905 o subúrbio carioca compreendida toda a extensão das margens da linha férrea, como por exemplo, os atuais bairros de Todos os Santos, Engenho Novo, Méier, entre outros bairros localizados às margens da linha férrea.

Um dos autores que descreveram esse subúrbio foi o cronista Lima Barreto, na obra Clara dos Anjos (1995). O romance retrata um subúrbio localizado próximo à linha do trem, descrito por ele como abandonado pelo poder público. Assim descreve:

O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para eixo a linha férrea da Central...Há casas, casinhas, casebres, barracões e choças por toda parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas...(...) Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo...(...) Afastando-se do eixo da zona suburbana, logo o aspecto das ruas muda. Não há mais grades de ferro, nem casas com tendências aristocráticas: há o barracão, a choça, e uma ou outra casa que tal. Tudo isto muito espaçado e separado; entretanto, encontram-se por vezes "corredores" de pequenas casas, de duas janelas e porta ao centro, formando o que chamamos "avenida". As ruas distantes da linha da Central vivem cheias de tabuleiros de grama e de capim, que são aproveitados pelas famílias para coradouro. De manhã até a noite, ficam povoadas de toda a espécie de pequenos animais domésticos: galinha, patos, marrecos, cabritos, carneiros e porcos, sem se esquecer os cães, que com todos aqueles, fraternizavam. (BARRETO, 1995, p. 90).

Essa forma específica de representação do espaço geográfico compreende a visão de um autor, no entanto, como antigo morador da região. Suas vivências contribuíram na descrição deste subúrbio (SILVA, [19]) ⁱ⁹.

⁹ SILVA, Adriana Carvalho. A Leitura urbana de Lima Barreto em Clara dos Anjos. Disponível: http://www.nepec.com.br/Adriana%20Carvalho%20Silva_espa%C3%A7o_e_cultura25.pdf. Acesso em: 27 nov. 2008.

Mas esse subúrbio abandonado pode ser questionado se avaliarmos o fato de que o romance retrata os anos de 1904 e 1905, época em que o subúrbio do Rio de Janeiro ainda era denominado de zona rural devido à presença de atividades agrícolas.

De fato, as linhas de trem e de bonde mudaram paulatinamente o uso do solo das freguesias rurais, com arruamentos substituindo chácaras e antigas fazendas, instalação de serviços tipicamente urbanos, como por exemplo, a eletrificação da cidade. Como foi o caso da empresa *The Rio de Janeiro Tramway Light and Power* Ltda. que conseguiu, num curto espaço de tempo, dominar a produção e distribuição de energia hidroelétrica, iluminação pública e particular, bondes, telefones e gás.

Com o fornecimento de energia elétrica à cidade mudou o ritmo produtivo das fábricas de porte: as têxteis, as cervejarias Brahma e Antártica e outras tantas fábricas fizeram contratos longos com a LIGHT, mudando assim seu perfil de produção. Uma nova cidade surge movida pela dinâmica de produção capitalista, cujos efeitos sobre as áreas rurais foram racionalização da produção agrícola, sobretudo da citricultura, que alcançou, na década de 1920, o mercado exterior. Nessa direção, entender essa região como abandonada e com um transporte precário, é entender que os serviços de modernidade não estavam presentes ainda na região, o que não é verdade.

É importante destacar que a via férrea ajudou a criar e desenvolver as localidades por onde passava. No caso das áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro, até a implantação das ferrovias, a população se encontra praticamente isolada do resto do município. Com a fundação da rede ferroviária esse quadro inverteu; não apenas pela facilidade de escoamento de produtos e pessoas para as principais localidades do município, mas incentivou de imediato a ocupação das margens das ferrovias, principalmente nas paradas dos trens (COSTA, 2005).

De fato, com a consolidação da nova cidade capitalista mudou a ocupação da

área central da cidade do Rio de Janeiro¹⁰. Se outrora as camadas populares ocupavam a maioria das moradias na região, com as intervenções urbanas, acabaram promovendo o deslocamento das classes populares para os morros próximos das suas antigas residências, enquanto a classe média em ascensão instalou-se nos bairros próximos da cidade (os ditos subúrbios relatados aqui por Lima Barreto), seguindo a direção do eixo das estações ferroviárias quanto dos bondes, além de ocupar as faixas litorâneas a partir da década de 1910.

Define-se assim o subúrbio carioca, semelhante ao descrito por Martins (2008). No entanto, aquelas áreas ocupadas por trabalhadores agrícolas que tinham em seus quintais uma pequena produção de alimentos destinados ao consumo próprio, ou no máximo, para um comércio próximo, com o crescimento da população e a implantação de transportes rápidos tiveram oportunidade de aumentar sua produção e vender para mercados distantes.

De fato, o subúrbio próximo permitia que a comercialização dos produtos em feiras livres — a proximidade era favorável para as partes envolvidas: para o produtor, havia a possibilidade de vender suas mercadorias diretamente ao mercado consumidor, eliminando os atravessadores e garantindo uma melhor rentabilidade, enquanto para parte dos consumidores, a colheita estava localizada a poucos quilômetros da sua residência, facilitando a aquisição de produtos sempre frescos e com custo inferior aos obtidos nas localidades distantes¹¹.

MASCARENHAS (1991), ao relatar essa venda de mercadorias em feiras livres, associa os moradores do subúrbio como principais fornecedores de alimentos para a cidade, e acrescenta seus serviços como “*relevantes serviços à alimentação pública da capital do país*”. (MASCARENHAS, 1991, p. 106)

¹⁰ O “*Bota-Abaixo*”, slogan utilizado pela administração do Prefeito Pereira Passos, significou a derrubada das moradias populares na área central da cidade do Rio de Janeiro, consideradas insalubres e focos de doença. De fato, essas moradias encontravam em péssimas condições de uso, no entanto, a destruição significava o afastamento da classe popular da região e a construção de novas edificações para localidade e sua ocupação por uma nova classe social em ascensão — os burgueses.

Após sua expulsão, as soluções das camadas populares desabrigadas foram ocupar os morros próximos as suas antigas residências, além de permanecer próximo ao seu *antigo habitat* (trabalho, família, lazer), também não teriam custo com o preço dos bondes e trens, em caso, de ocupar residências em áreas mais afastadas da área central.

¹¹ Nos municípios vizinhos, como por exemplo, a região serrana, a produtividade era diversificada e superior. Porém a qualidade era inferior devido ao tempo com o deslocamento, à falta de refrigeração (na época não havia caminhões refrigerados) e, principalmente, acabava sendo mais caro que o produzido na região, devido o custo com transporte.

É interessante notar que produzir hortaliças e legumes para as feiras-livres podia ser comum nas áreas remanescentes das antigas fazendas de cana-de-açúcar no início do século XX. Por outro lado, com o crescimento da cidade capitalista e a necessidade de redefinir os espaços, essa produção foi gradativamente sendo deslocada para locais mais distantes – os chamados subúrbios.

LUCENA ([19])¹², ao avaliar essas transformações na cidade do Rio de Janeiro e o mercado de alimentos na cidade, avalia que a incorporação dos subúrbios na malha urbana tenha contribuído para atrair para ela uma população com antecedentes rurais. E acrescenta que desde o final do século XIX, no sub-bairro do Mendanha, ocorreu grande afluxo de agricultores portugueses que, expulsos de Realengo por ocasião da construção de novos loteamentos, compraram no local direitos de posses da terra para o cultivo de olerícolas e da citricultura, desempenhando significativo papel no ciclo da laranja.

Este exemplo esclarece além do processo de desmembramento da grande propriedade monocultura e a mudança de uso das terras (do rural para urbano), ao mesmo tempo, o incentivo da ocupação das antigas freguesias rurais, por uma população que buscava terras a baixo custo para plantio agrícola. É importante destacar que a rota de destino para essas áreas em muito se deve às obras de saneamento realizadas na Baixada Fluminense, a eletrificação da Central do Brasil (1935) e a abertura de estradas. Esses fatores contribuíram para aumentar a acessibilidade aos subúrbios¹³.

A cidade de então se abre uma fronteira agrícola nas terras distantes do centro da cidade, tais como: Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, regiões que se beneficiaram com a modernização da cidade. E assim, sítiantes nacionais, portugueses italianos, espanhóis, portugueses, japoneses e outros se deslocaram

¹² LUCENA, Marta. Do rural ao periférico: a territorialização de um espaço. O processo de periferização da zona rural do município do Rio de Janeiro (século XX). Disponível: http://egal2009.easyplanners.info/area05/5256_Gomes_Lucena_de_Lima_Marta.doc. Acesso em 25 jul. 2009.

¹³ No período censitário de 1906/1920, a tendência a suburbanização do Rio de Janeiro se consolidou, seja com o crescimento do número de logradouros, seja com a densificação na ocupação do espaço. Igualmente ao sucedido no período anterior, 1890/1906, com crescimento de 528% da população residente nas freguesias suburbanas e aumento de 722,4% no número de domicílios ocorrendo um "boom" imobiliário na zona suburbana (RODRIGUES, 2004, p. 34).

dos mais variados pontos da cidade em direção à nova fronteira agrícola. No século XX difundiu-se na região o uso do crédito, do desenvolvimento de novas técnicas de plantio e a qualificação dos agricultores. Famílias portuguesas como os Vilapouca, os Moreiras, italianas como os Schiavos, Lomboni, Saisi, Vitari, austríacas como os Rosa e outras tantas se fixaram na região para dedicar-se à agricultura e ao comércio. Produziram hortaliças e legumes para as feiras-livres e desenvolveram a citricultura também para o mercado externo.

Guardadas as devidas proporções de localidades e áreas cultivadas, a citricultura, no início dos anos 1920, estimulou processo de modernização tanto na região estudada como em terras da Baixada Fluminense.

No estudo em questão é nossa intenção recuperar a história de ocupação de áreas longínquas¹⁴ no sentido de avaliar as interpretações feitas sobre este território. O presente estudo tem como objeto teórico de análise as relações entre os espaços urbanos e rurais, principalmente no que diz respeito à expansão da cidade em direção às áreas suburbanas. De fato, essas áreas sobreviveram desde os tempos coloniais que serviram como área de pastagem para gado, extração de lenha, terras cultiváveis, mas gradativamente a região foi mudando de perfil produtivo graças à expansão urbana que teve início no fim do século XIX.

A partir do conceito de *continnum* urbano é possível compreender a modernização da região. Se outrora, as áreas longínquas estavam afastadas do núcleo urbano, com a implantação do transporte rápido (trem, bondes e automóveis) e à comunicação instantânea (telégrafo, telefone, correios), essas áreas “*aproximaram*” da cidade.

A relação cidade-campo junto com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção incentivou a produção agrícola no sentido tanto de atender

¹⁴ Neste trabalho, as áreas longínquas foram compreendidas como terras afastadas do núcleo urbano no século XIX. Na cidade do Rio de Janeiro, os atuais bairros de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz compreenderam essas áreas longínquas, devido ao fato da sua localização afastadas do perímetro urbano, e com uma população mais dispersa e em número bastante inferior às paróquias urbanas. De modo geral, possuíam uma economia concentrada na coleta, artesanato, pecuária e horticultura (Moura, 1988: 27). Por estarem localizadas distantes do espaço urbano do Rio de Janeiro, acabaram desenvolvendo uma economia de subsistência, mas com o passar dos anos, foram incorporadas ao espaço urbano. Esta última conotação é que se firmou como significado de “sertão” para região; devido ao fato de se estabelecerem localizadas em terras distantes e longe do litoral, e ao mesmo tempo, uma área de fronteira onde a proximidade permitia uma ligação constante entre território rural e urbano.

a reprodução da força de trabalho com o fortalecimento do capital, no entanto, Lefebvre (2004) esclarece essa aproximação como decorrentes do crescimento do espaço urbano e da consolidação do capitalismo em direção a periferia, não ocorreu de maneira incisiva por que *nem todos habitantes absorvem o modo urbano de viver e assegura que no tecido urbano permanecem ocupações rurais em meio a áreas urbanas* (LEFEBVRE, 2004). Denomina esses espaços de ilhotas e ilhas de ruralidade pura. Neste sentido, assinala:

Entre as malhas urbanas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, torrões natais freqüentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constituem a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da opressão. (LEFEBVRE, 2004: p. 12).

Para Lefebvre esta permanência de atividades agrestes em áreas urbanas são consequências de resistência, que podem ser: culturais, sociais e econômicas.

Entretanto o autor considera que esta resistência e a concepção de cidade foi analisada como sendo divisão sócio-espacial do trabalho, isto é, descreve o espaço urbano como o lugar de consumo e consumo do lugar. Esta definição, também está associada à base econômica, social e cultural gerada nas cidades; neste caso, estabelece que esses elementos “*entram*” no campo através de produtos e serviços de consumo, como: uso dos serviços de eletricidade e do gás, automóvel, televisão, utensílios de plástico, mobiliário qualificado de moderno, lazeres característicos do modo urbano, além das danças, costumes e a moda produzida nas cidades. Essas influências tornam o núcleo urbano o produto de consumo e contribuem para que a relação “*urbanidade - ruralidade*” não desapareça, muito pelo contrário, as constantes intercessões permitem que sempre surjam outras relações (LEFEBVRE, 2004).

Esses conceitos de Lefebvre possibilitaram um entendimento mais rico da realidade histórica aqui presente, ao mesmo tempo, mostra eficaz para o entendimento da expansão urbana na cidade do Rio de Janeiro e seus respectivos rebatimentos no território não urbano da cidade, voltado desde o início de sua ocupação como uma área de produção agro-pecuária e extrativista.

Com base nisso, discute-se aqui o uso das diversas nomenclaturas que as

terras localizadas distante do litoral receberam ao longo da história de ocupação na cidade do Rio de Janeiro, principalmente “sertão” e os demais termos: “terra de confins”, “freguesias de fora”, “interior”, “rural”, “subúrbio”, “periferia”. Enfim, como esses termos foram utilizados para designar o território não urbano da cidade do Rio de Janeiro, voltado desde o seu início de ocupação para produção agropecuária e extrativa.

Sendo assim, o objetivo da dissertação tem por objetivo tanto polemizar sobre o conceito de sertão quanto analisar seu processo de transformação/modernização nos anos de 1950. Assim, ao mesmo tempo, em que se estuda esse processo, avalia-se como a relação cidade-campo foi compreendida em diferentes momentos no processo de formação da cidade do Rio de Janeiro e arredores.

Nossa proposta de estudo surge não só para preencher as lacunas de pesquisa sobre a história urbana, mas também para ampliar o grau de compreensão sobre o desenvolvimento das atividades urbanas sobre o rural na cidade do Rio de Janeiro.

2 DO SERTÃO À ZONA RURAL. O CASO DO RIO DE JANEIRO

“Não há, ó gente, oh não
Luar como este do sertão...”
(Catulo da Paixão Cearense / João Pernambuco, 1880)

2.1 Introdução

Sertão se apresenta no imaginário comum do brasileiro como sendo uma região agreste, marcada pelo clima semi-árido e pela caatinga; além de ser descrito como uma área longe do litoral e distante das grandes povoações¹⁵. Entretanto, ao estudar a formação do território nacional percebem-se modificações substanciais nas descrições de sertão, como iremos demonstrar neste capítulo.

Desse modo, desde as primeiras ocupações no litoral do Brasil, o termo “*sertão*” foi utilizado para denominar terras situadas no interior do continente. No entanto, ao observar seu uso em documentos históricos e cartas topográficas dos séculos XVII e XVIII, percebe-se que sertão serviu para designar uma região distante do litoral; enfim, sertão foi descrito com expressões que demonstravam sua grandiosidade.

Cabe salientar que neste momento não queremos exaurir o tema, devido às inúmeras particularidades dos sertões encontrados no solo brasileiro, principalmente nas diversidades físicas, econômicas, sociais e culturais presentes nessas regiões, mas sim provocá-lo. Sendo assim, a compreensão de sertão concentrará em sua definição e em entender como essas áreas tornaram espaços de produção.

¹⁵ HOLANDA, A. B. Novo dicionário da língua portuguesa. 2.ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: História, ciências, saúde, Manguinhos, v.5, supl., jul.1998.

2.2 Definição de sertão

Na carta de Pero Vaz de Caminha – o primeiro documento que descreve as terras brasileiras para os Reis de Portugal, o termo “*sertão*” já aparece indicando um território localizado longe do litoral e descreve a presença de uma imensidão de terras sujeitas ao domínio e interesses da coroa portuguesa. Assim relata o escrivão:

Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa. (carta de Pero Vaz Caminha, 1500)¹⁶.

Neste resgate histórico percebe que sertão foi caracterizado como um território incomensurável e “*disponível*” para exploração. No entanto, ao analisar o processo de conquista e colonização do solo brasileiro percebe que esses territórios não estavam totalmente à disposição dos europeus, devido às dificuldades ali encontradas, tais como: índios hostis, caminhos terrivelmente difíceis e perigosos e, principalmente, a presença de áreas desertas que dificultavam ocupação definitiva.

Essa definição de sertão pela construção da imagem de terras desertas não é novidade para o entendimento da história do Brasil, porém ao resgatar dizeres da Carta de Pero Vaz de Caminha estabelece a primeira apresentação de sertão em território nacional, e evidencia a origem remota do uso do termo “*sertão*” a um período anterior ao chamado “*descobrimento*” do Brasil.

Neste sentido, AMADO (1995)¹⁷ assegura que sertão já era utilizado pelos portugueses para designar terras afastadas de Lisboa, no entanto, situadas nos limites de Portugal, isto é, sertão era toda região afastada dos centros urbanos, mas pertencentes ao limites do Reino de Portugal. Esse significado manteve-se entre os portugueses até o século XVI, quanto passou a serem utilizados para referir os

¹⁶ CORTESÃO, Jaime (Org). A carta de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.

¹⁷ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação in: Estudos históricos: história e região, Rio de Janeiro, v.8, n. 15, p.145-151. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf>> . Acesso em: 13 de mar. 2007.

espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém conquistadas ou contíguas a elas.

Esta compreensão de terras afastadas e espaços vastos podem ser confirmados pela etimologia, que ao estudar a origem da palavra, identifica sertão do latim *desertus*, ou *desertanu* – entendido como local deserto, afastado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado (AMADO, 1995).

De fato, desde 1784, quando LEÃO¹⁸ publicou a obra *Origem e Orthographia da Língua Portuguesa - “sertão”* ou *“certão”* foi descrito como uma alteração do termo *“desertão”*, entendido, pelo autor, como lugar incógnito (AMADO, 1995, p. 4). Desse modo, a documentação histórica permite constatar que a palavra *“deserto”* aparece no período colonial como algo completamente selvagem para civilização.

Até aqui, uma das mais expressivas definições de sertão deve-se a MADER¹⁹. Ao estudar o Brasil Colonial dos séculos XVI e XVII, descreve o uso do termo sertão, que transcendia a uma delimitação espacial precisa, isto é, o que determinava o lugar geográfico ou social identificado como sertão era *“o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização”* (MADER, 1995, p. 13). A idéia de vastos espaços vazios foi, durante muito tempo, referida como sertão, visto que a ocupação do Brasil iniciou-se no litoral.

Esta definição nos remete a um comentário de um colonizador português e transcrito por Janaína Amado (1995): *“O Brasil todo era um grande sertão”*. A expressão, ao associar o território brasileiro como um grande sertão, revela a imagem dos portugueses que aqui aportaram do período colonial, onde acreditavam que em todas as áreas conquistadas no Brasil existiriam riquezas. Há, inclusive, uma compreensão tanto do senso comum, quanto da historiografia, que muito do emprego do termo sertão serviu para designar os espaços desconhecidos e territórios propícios ao encontro de riquezas, tais como: valiosas madeiras, plantas medicinais, animais silvestres e exóticos e, principalmente, metais preciosos. Nessa perspectiva, a exploração desses espaços compensaria os esforços da colonização

¹⁸ LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem e orthographia da lingua portugueza*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1784.

¹⁹ MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. 1995. 104 f. Tese (Mestrado Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

pelos portugueses.

MONTEIRO (1994) acrescenta que essa conquista de sertão só foi possível graças às alianças com os nativos, isto é, índios amistosos serviram de guias pelas matas virgens e nos rios de difícil navegação. De acordo com historiador, com ajuda dos índios, colonos venceram a natureza bruta encontrada nos sertões brasileiros, e acrescenta: “...os europeus puderam ocupar efetivamente diferentes regiões do interior do Brasil.” (MONTEIRO, 1994, p. 39).

Outra imagem idealizada de sertão foi à construída por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), no qual o autor estabelece a costa brasileira como ponto de observação do sertão. Suas premissas usam como base o papel preponderante que o litoral teve na ocupação do território, desde local de geração de atividades urbanas e comerciais, principalmente como ponto de embarque de materiais primas destinados à metrópole, até como local de observação – reconhecido por ele: *onde os colonizadores começaram a escrever o novo continente*. (BUARQUE, 1936, p. 125)

Com base nisso, Holanda descreve que as narrativas dos cronistas só foram possíveis de serem relatadas devido à presença de um lugar cultural cristalizado, isto é, as vilas e povoados situados no litoral. Áreas consideradas seguras para os colonizadores, e excelente ponto de referência para troca de experiências “*das terras incógnitas e desconhecidas*”. Sua análise procura evidenciar a importância do litoral sobre o sertão, e acrescenta que desde o litoral, o sertão foi constituído (BUARQUE, 1936, p. 125)

De fato, o litoral possuía posição de destaque frente às imensas faixas de terras do interior, no entanto, essa condição só foi possível porque nos primeiros trinta anos pós-descobrimiento, a Coroa Portuguesa não teve interesse em ocupar as terras brasileiras. No primeiro momento, a ocupação da costa ocorreu apenas pelo interesse da Coroa Portuguesa em conservar a posse das terras brasileiras e defender a terra dos povos inimigos, sobretudo dos corsários.

Neste caso, as inovações introduzidas por Buarque destacam elementos importantes para a compreensão do sertão. Como o litoral sendo analisado não

apenas como lugar de embarque dos colonizadores, mas onde portugueses concentraram suas atividades econômicas, construindo os núcleos urbanos importantes e instalando as instituições e autoridades responsáveis pela colonização. Apesar disso, o litoral firmou-se gradualmente como um marco das áreas urbanizadas em oposição aos territórios vazios, além de ser o ponto de observação das terras a serem conquistadas – os ditos sertões.

Assumindo o litoral como ponto de partida para organizar o espaço, colonizadores penetravam pelo interior para ali assentar. De fato, se para um habitante de Lisboa o Brasil todo era um grande sertão, para o habitante do Rio de Janeiro, no século XVI, o sertão começaria logo além dos limites da cidade. Sendo assim, o sertão pode ser compreendido através do olhar de quem o descreve independentemente do local onde se encontra.

2.3 Litoral x sertão

Desde os primeiros anos de colonização, “*litoral*” e “*sertão*” representaram categorias ao mesmo tempo antagônicas e complementares. Antagônica, porque uma expressava o reverso da outra. O litoral referia-se a um espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização (FREYRE, 1977). Se o “*sertão*” indicava não apenas os espaços interiores das terras da Colônia, mas ao mesmo tempo, espaços desconhecidos, isolados, perigosos, cobertos de matas e animais selvagens, não havia ainda chegado a religião e tampouco a civilização. Ao mesmo tempo, estas categorias são complementares, porque à medida que o sertão era desvendado, possibilitava o crescimento de cidades e surgimento de novas.

O reconhecimento do sertão se dá modo geral, a partir de espaços isolados, desconhecidos onde à civilização não conseguia penetrar de forma regular ou efetiva. Com o fortalecimento das cidades, os sertões aparecem como espaços de crescimento das cidades, Essas terras serviram como reservas e eram ocupadas dependendo da necessidade da cidade.

Historicamente sertão passa a significar espaço possível acesso, vinculado a cidade no sentido de atender e melhor fornecer recursos de interesse da população urbana. Nessa linha de raciocínio torna-se difícil precisar os limites físicos entre terras selvagens e os territórios já explorados pelos colonizadores, embora a ligação entre esses espaços permitisse a exploração, por exemplo, extrativista e de pastagem.

Com relação à Capitania do Rio de Janeiro, sertão aparece em diferentes épocas, como por exemplo, as cartas topográficas elaboradas, em 1767, pelo engenheiro civil Manuel Vieira Leão. Dentre seus trabalhos cartográficos, foi selecionado como exemplar as cartas Campo Alegre (Resende) até Ribeirão das Lages e Parati e Facão, por revelarem traçados de caminhos, identificação de rios, matas e apresentar elementos de exploração das terras do sertão, inclusive como o litoral abriu espaço para o interior. O mapa da página seguinte expõe esses marcos.



Figura 1:

Mapa: Campo Alegre (Resende) até Ribeirão das Lages

Cartas Topographicas da Capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam General e Vice-Rey do Estado do Brazil Leão, Manuel Vieira. 1767. Fundação Biblioteca Nacional.

Na leitura do mapa observamos a não indicação de povoações e vilas no litoral e, a não ser ao longo do Caminho (traço em vermelho), bem como indica a presença de povoações, capelas e desmatamento (parte branca), informa referentes as áreas de exploração ocorrida nessas localidades. Os “montes” e pontos em marrom compreendem as matas ainda não exploradas pelo homem branco colonizador. Assim, podemos dizer que as povoações ao longo do caminho para o interior correspondem ao sertão conhecido e explorado, em oposição ao litoral ocupado mais densamente. O sertão desconhecido, hostil, sinalizado por matas fechadas foi mencionado como: “*certão ocupado por índios bravos*”, compreendido pelos estudiosos em cartografia como área ocupada por índios, que negavam contato com os colonizadores. O sertão aqui representado era conhecido, porém não explorado e dominado pelos colonizadores pelo homem devido à presença de índios hostis.

Enquanto no mapa a seguir (Parati, Facão) destaca-se o litoral, mas também o interior. Nele enfatiza-se com mais detalhe as áreas desmatadas. Se outrora, o conhecimento dos sertões se destinava apenas à exploração, a partir do final do século XVIII a presença do colonizador já estava consolidada em grandes regiões do país, principalmente no litoral, como se percebe na nesta cartografia deste período. Nele, Na carta referente a Paraty e Facão, podemos observar a indicação de povoações em quantidades superiores ao mapa anterior, inclusive próximos um dos outros – formando “redes urbanas”, enquanto os rios e caminhos foram apresentados como áreas totalmente conhecidas e exploradas.

Nesta mesma carta topográfica, o sertão hostil não se encontra sinalizado, mas os mesmos elementos gráficos indicativos de áreas não colonizadas, ou seja, ficaram implícitos que as partes em marrom, são áreas desocupadas aparecem em marrom em contraposição às áreas mais claras indicativas de exploração e , mas em via de desmatamento e de ocupações.



Figura 2:

Mapa: Parati, Facão

Cartas Topographicas da Capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam General e Vice-Rey do Estado do Brazil Leão, Manuel Vieira. 1767. Fundação Biblioteca Nacional.

Aos poucos o sertão desconhecido vai sendo desvendado de acordo com os interesses coloniais. Desde o início da colonização, expedições penetraram nos sertões brasileiros em busca de riquezas mineiras, embora nem sempre estabelecendo assentamentos definitivos nestas regiões afastadas do litoral. Embora algumas tenham surgido destes antigos assentamentos pelo interior do país.

Não foram capazes de estabelecer assentamentos definitivos nas regiões afastadas do litoral. Poucas foram as cidades fundadas pelos homens que se aventuraram pelo interior do país em busca de riqueza.

BERNARDES (1996), ao analisar a configuração territorial do Brasil nos séculos XVI e XVII, constatou poucas cidades fundadas no interior do país no período colonial, e acrescenta que, além de uma quantidade ínfima em todo território brasileiro, esses núcleos populacionais encontravam-se isolados um dos outros por matas muito fechadas, poucos rios navegáveis e indígenas hostis. As vias de comunicação eram inexistentes, provocando dificuldades no deslocamento, até entre povoações situadas a pequenas distâncias.

Mas nem tudo foi dificuldade no desenvolvimento dessas povoações; pois por trás desse isolamento havia a necessidade de obter alimentos e demais mercadorias para sobrevivência. O isolamento não estagnou uma economia local, ao contrário, como se encontravam afastadas dos principais centros comerciais, acabaram produzindo praticamente de tudo para sobreviver. BERNARDES (1996, p. 13) denominou essas povoações como sendo *“um verdadeiro arquipélago sócio-econômico”*.

AZEVEDO (1994) critica a visão dos autores que insistem em considerar a região do sertão como área vazia e distante das grandes povoações no período colonial. Como BERNARDES (1996), o autor afirma que eram plenamente auto suficientes e acrescenta que: *“os núcleos surgiam de maneira isolada e esparsa, constituindo verdadeiros nódulos de população no imenso deserto humano”* (AZEVEDO, 1994, p. 32).

AMADO (1995) afirma que “*as terras do sertão não havia súditos do rei*”, ou seja, apresenta o sertão colonial não como uma área desabitada, mas no sentido que moradores destas regiões afastadas dos núcleos urbanos não estavam subordinados à centralização administrativa colonial e nem às leis da metrópole.

Assim, na perspectiva de Janaína Amado, sertão é apresentado como áreas constituídas pela natureza bruta e habitadas por bárbaros, hereges e, infiéis, onde não haviam chegado às benesses da religião e da civilização, em oposição a uma faixa de terra ocupada pelos ditos homens civilizados no litoral.

Neste raciocínio de sertão como lugar não instruído e sujeito à colonização, MOURA (1999) assim se refere: “*Sertão é, então, à época, lugar inculto (porque não cultivado e dominado pelo colono), deserto (porque não povoado por colono, independente das populações indígenas), lugar de barbárie (porque habitado por não cristãos). Torna-se o perfeito contraponto da palavra civilização. Civilização significava o vasto conjunto de práticas, crenças, valores, cultura e povos cristãos. Civilizar possuía o sentido de integrar, de maneira subordinada, povos não cristãos à cristandade, às suas práticas, crenças. Sociabilidades e ao governo cristão.*” (MOURA, 1999, p. 13).

De fato, o espaço de conquista do sertão possibilitou a construção de um novo país, descoberto enquanto, simultaneamente, se delineava a cartografia de seus espaços social, cultural e econômico.

2.4 O sertão como espaço de produção

Posteriormente, as freguesias de fora, designadas de sertão desde os tempos coloniais, não se enquadram no conceito de sertão utilizado convenientemente no início da colonização na medida em que se constituíram espaços de produção desde o final do século XVII.

Vencida a resistência dos primeiros anos de colonização do Brasil, os colonos dispersaram-se pelo interior – os ditos sertões. Em termos gerais, ao analisar o

desempenho dessas localidades, verifica-se que, mesmo afastadas do litoral²⁰, onde se encontravam a maioria das aglomerações territoriais da colônia²¹, havia ocupações rurais que ali instalaram e contribuíram para o abastecimento da cidade.

De fato, até princípio do século XIX, talvez não se possa falar na existência de uma área propriamente agrícola na cidade do Rio de Janeiro dado não apenas o reduzido tamanho da cidade, mas também a tradição das famílias cariocas em cultivar nos quintais de sua casa e criar pequenos animais na rua, como: porcos, galinhas e outros animais domésticos (MASCARENHAS, 1991).

REIS FILHO (1968), ao relatar o abastecimento de alimentos para as cidades brasileiras, afirma que nas cidades coloniais não havia interesse dos produtores em cultivar alimentos de subsistência. Sua análise não responsabiliza a falta de espaço, mas sim, a falta de incentivo. Como sabe, a maioria dos proprietários rurais aproveitava parte de suas terras para cultivar alimentos de subsistência, inclusive nas moradias urbanas – o que satisfazia as necessidades de sua família e agregados. Ao mesmo tempo, garante, não existia disponibilidade de tempo da mão de obra escrava para outras atividades que não fosse ao cultivo de exportação.

Como percebe, produzir alimentos em solo próximos não era apenas uma tradição, e sim, uma necessidade para reprodução da sociedade, não apenas porque as terras vazias²² localizadas no interior encontravam isoladas do resto da cidade, mas principalmente pelo fato de este isolamento resultar da precariedade da maioria dos caminhos que ligavam o porto ao interior. É preciso admitir que as condições de uso dos caminhos devam-se a uma política de segurança, ou seja, autoridades não tinham interesse em melhorá-los devido à política colonial de

²⁰ Ao relatar a não existência de uma área propriamente agrícola, procura enfatizar que na cidade colonial do Rio de Janeiro não possuía áreas destinadas à agricultura de subsistência, mas sim, fazendas localizadas fora do núcleo urbano que destinavam toda sua produção para o mercado de exportação. E foi assim, que o açúcar, a farinha, o curtume, o aguardente, a criação de gado e demais produtos que tinham boa aceitação no mercado externo foram amplamente cultivados em fazendas localizadas em São Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo, Santa Cruz.

²¹ REIS FILHO, Nestor Goulart (1968) relata em sua obra: *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)* que o povoamento do interior do Município era considerado uma exceção à regra de localização da maioria das aglomerações territoriais da colônia, que se situavam no litoral, por motivos de econômicos, administrativos e militares.

²² As terras vazias aqui relatadas são compreendidas como áreas disponíveis para o cultivo de hortaliças e pomares, pastagem de gados e extração de lenhas. No período colonial, muitas dessas terras vazias, estavam localizadas no contorno de áreas edificadas da povoação e dos quintais propriamente urbano. Eram terras que podiam ser aforadas e concedidas pela Câmara para a ocupação da moradia, de acordo com o crescimento da cidade (MARX, 1991).

controlar severamente os fluxos e assim cobrir o contrabando de ouro e diamantes de Minas Gerais. (MASCARENHAS, 1991, p. 104).

Sendo assim, nos primeiros anos da ocupação da cidade do Rio de Janeiro, as áreas distantes do litoral da cidade do Rio de Janeiro (o sertão) compreenderam o local de extrativismo, isto é, local de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carnes e óleos), ou vegetal (madeira, folhas e frutos). Mercadorias importantes para a cidade. No entanto, o mais importante desta exploração no interior foi que ao descobrir mercadorias que suprissem as necessidades da população urbana, colonizadores identificaram terras férteis e madeiras nobres, que anos mais tarde serviram como dormentes da estrada de ferro, suprimento das indústrias e como fonte de aquecimento nos fogões domésticos.

Este sertão assim permaneceu até o início do século XIX, quando a cidade do Rio de Janeiro passou a ser o palco de grandes transformações, principalmente após a chegada da Família Real, em 1808.

2.5 Nova Fronteira urbana: a fisionomia da cidade carioca pós-família real

A instalação da corte portuguesa rompe o equilíbrio da cidade. Se antes de 1808 a cidade se restringia aos limites dos morros (Castelo, de São Bento, Santo Antônio e da Conceição), e às localidades da Lapa e o Campo de Santana, com a chegada da Corte a cidade caminha para os limites de São Cristóvão, Glória, Catete e Botafogo²³.

O Rio de Janeiro colonial, até então uma cidade portuária e concentrada entre morros e montanhas e onde o brejo e os manguezais faziam parte da paisagem urbana, se transformou com a vinda da família real para o Brasil. No século XIX, a

²³ “As freguesias rurais situadas mais próximas do centro – como Laranjeiras, Glória, Catete e Botafogo – pouco a pouco tiveram suas fazendas recortadas por chácaras de fim de semana, que posteriormente, transformar-se-iam em local de residência permanente das classes dirigentes; além disso, o antigo arraial de São Cristóvão, abrigando a residência da família real, passou, também a ser procurado por aqueles que tinham poder de mobilidade, após o aterramento de parte do Saco de São Diogo, vizinha ao Caminho das Lanternas, ligando o centro à Quinta da Boa Vista.” (AMARO, 2009)

cidade dividia-se em apertadas ruas, habitações precárias e moradias de nobres e dirigentes. A chegada e instalação da Corte romperá esse “*equilíbrio*” da cidade e transformará sua fisionomia. A cidade sofreu profundas transformações, não apenas do ponto de vista espacial, mas também populacional. Houve uma revolução²⁴ nos costumes, hábitos e padrões culturais da sociedade, e no caso do abastecimento de alimentos, novos hábitos alimentares foram implantados na cidade a fim de abastecer regularmente o “novo” contingente populacional.

A cidade cresce em varias direções e algumas áreas ganham status, como foi o caso de São Cristóvão²⁵. A antiga área rural torna-se de um dia para outro sede oficial do governo de D.João VI no Brasil, e, sobretudo no Império, uma dos principais pólos urbanos da cidade.

Não foi apenas por melhorar as acomodações da corte que antigas áreas rurais elevaram sua categoria, tornando-se urbanas, mas também as áreas centrais passaram a ser valorizadas devido à proximidade com locais de deliberação da corte, adquirindo mais prestígio. MATTOS (1994) na obra *Tempo de Saquarema: a formação do Estado Imperial*²⁶ relata que eram chamadas de freguesias “*de fora*”, em contraste com as freguesias “*de dentro*”, pois, mais próximas dos centros de decisão da corte, como as “*instituições e instalações que tornavam possível a reprodução dos interesses dominantes*”: o Paço, o Senado, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal. Neste caso, o espaço urbano era caracterizado pela proximidade do Poder. (MATTOS, 1994, p. 65).

²⁴ A cidade do Rio de Janeiro “ganhou” um novo status: sede da monarquia portuguesa e capital de um império colonial. No entanto, a cidade não estava preparada para acomodar a Corte composta de mais de 3.000 habitantes, mas mesmo assim ao longo da sua permanência (1808 a 1821), D João no Rio de Janeiro mudou a fisionomia da cidade. Como por exemplo: Palácio da Quinta da Boa Vista e a fazenda Santa Cruz e seus arredores foram reformados, assim como o Largo do Rossio (atual Praça Tiradentes), onde foi inaugurado, em 1813, o Teatro Real São João (no local onde hoje se encontra o Teatro João Caetano). Além disso, outras obras públicas foram realizadas: a pavimentação de novas ruas, a construção do prédio da Academia de Belas Artes e a melhoria no abastecimento de água da cidade, com a elaboração do primeiro plano de canalização do rio Maracanã até o Campo de Santana, onde foi edificado um conjunto de fontes e lavatórios. (Melo, s/data)

²⁵ “O velho arraial de São Cristóvão, na zona norte da cidade, teve o privilégio de abrigar a residência da família real, o que levou à melhoria dos caminhos de acesso e ao aterro de uma parte do Saco de São Diogo. Estas obras permitiram maior salubridade e aproximaram a região do centro, o que levou à formação da Cidade Nova. Em volta do palácio de São Cristóvão passaram a se instalar as residências aristocráticas, que tinham poder de mobilidade, transformando o velho arraial em elegante bairro, com a rápida multiplicação de moradias ricas. Para essa região dirigiam-se as primeiras diligências, e também os pequenos ônibus de tração animal, chamados “gôndolas”. Disponível.< http://www.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_ElisabethvonderWeid_Bonde_elemento_expansao_RiodeJaneiro.pdf> Acesso em: 25 mai. 2009.

²⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

Algumas localidades anteriormente denominadas de rurais tornaram-se gradativamente urbanas, deslocando as fronteiras da cidade para uma periferia mais distante. Para regularizar essas mudanças, em 15 de Outubro de 1808, três meses após a instalação da Corte no Rio de Janeiro, definiu-se a zona urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Foram incluídas, integralmente, as freguesias da Sé, Candelária e Santa Rita e parcialmente a de São José, no trecho que estendia pelo bairro da Glória e Catete, indo até a ponte sobre o rio Carioca, na altura da atual Praça José de Alencar, penetrando ainda pelo então caminho das Laranjeiras (...). Também inclui pequeno trecho do território da freguesia do Engenho Velho, antes considerada totalmente rural, correspondendo ao caminho de Mataporcos (atual bairro do Estácio), que terminava às margens do Rio Comprido. (CAVALCANTI, 2004, p. 260).

Desse modo, a partir da chegada da Corte, em 1808, o Rio de Janeiro passa a viver um acelerado crescimento físico e populacional, impulsionado pela expansão da mancha urbana em direção aos subúrbios. Sendo que muito se deve à instalação do bonde. Enfim, a cidade vence o problema de distância e se expande em todas as direções do Município, onde bairros inteiros foram projetados - como foi o caso de Laranjeiras e Vila Isabel, desenhados para abrigar residências de classes abastada e média e indústria têxteis.

Contemporâneos com a instalação dos bondes aparecem os trens²⁷. Neste caso, o governo Imperial visava a promover uma completa integração do território brasileiro sobre trilhos. Com este propósito, em 1852, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, recebeu das autoridades a primeira concessão para a construção e exploração de uma linha férrea no Rio de Janeiro²⁸. Marcando o início do surgimento da ferrovia no Brasil, que em poucos anos iria proporcionar uma alternativa melhor do que os antigos caminhos para o transporte e a comunicação com a cidade.

Não tardou muito para que estas questões relacionadas à integração do país através das estradas de ferro fossem conhecidas em áreas afastadas da cidade do Rio de Janeiro, e, em 8 de Março de 1859, a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro

²⁷ Praticamente a cidade expandiu em direção ao subúrbio seguindo um dos quatro eixos ferroviários, foram eles: E.F. Central do Brasil, em 1858, a E.F. Rio D'Ouro, em 1883, a E.F. do Norte posteriormente (Leopoldina), em 1886 e a E.F. Melhoramentos do Brasil em 1893.

²⁸ A primeira Estrada de Ferro na Província do Rio de Janeiro ligava o Porto de Estrela, situado ao fundo da Baía da Guanabara e a localidade de Raiz da Serra, em direção à cidade de Petrópolis.

II inaugura a Estação de *Sapopemba* (conhecida depois como a Estação de Deodoro). Em 1878 foi a vez da estação de Campo Grande, e finalmente, em 1884, os trilhos da ferrovia chegam até o Matadouro de Santa Cruz, para o transporte de gado e carne.

É importante destacar que a via férrea ajudou a criar e desenvolver as localidades por onde passava. No caso das áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro, até a implantação das ferrovias, a população se encontra praticamente isolada do resto do município²⁹. Com a fundação da rede ferroviária esse quadro se inverteu; não apenas pela facilidade de escoamento de produtos e pessoas para as principais localidades do município, mas pelo incentivo imediato à ocupação das margens das ferrovias, principalmente nas paradas dos trens. (COSTA, 2005).

Se, nos primórdios da ocupação da cidade do Rio de Janeiro ocorreu em torno de áreas de segurança, do poder público, vias de fácil acesso e entre outros fatores de acessibilidade e proteção. Após a implantação das ferrovias, em suas orlas, defiram um território de ocupação. Ao mesmo tempo, que as linhas de trens tornavam indutoras de ocupação do interior da cidade, induziram a criação de polos de desenvolvimento ao redor de suas estações. Desta forma a ocupação inicial da área se deu com atividades complementares, principalmente ligadas às atividades agrícolas e de suporte a atividades de distribuição de alimentos. E com o passar dos anos, fundaram cidades, centralizaram a vida das povoações, serviram como agência de correios, e principalmente, trouxeram o progresso para a região onde estava implantada a estação.

As Companhias Progresso Industrial do Brasil e Companhia Tecidos de Seda Brasileira³⁰, instaladas em 1893 às margens da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Bangu e Piedade, respectivamente são consequências dessas políticas de incentivos a implantação de indústrias em áreas afastadas do núcleo urbano carioca

²⁹ Muitas eram as barreiras físicas naturais na região que prejudicavam o acesso constante a essa área, dentre elas destacam-se os maciços da Pedra Branca e do Gericinó.

³⁰ Desde a segunda metade do século XIX já se configurava no país uma estrutura econômica voltada para o setor industrial, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mas essa estrutura era extremamente dependente do modelo agrário-exportador da economia, além de afetada por outros fatores, como a inexistência de fontes de energia, o baixo nível de qualificação e recrutamento de mão-de-obra local e a concorrência dos produtos industrializados estrangeiros. Apesar desses entraves, até o início do século XX, uma forte atividade industrial – voltada para a fabricação de tecidos, calçados, mobiliário, bebidas, etc. concentrava-se no Centro do Rio.

(ABREU, 1997).

Foi neste cenário favorável que indústrias foram implantadas em áreas distantes do centro da cidade, e a partir da década de 1880, crescia aos poucos o número de fabricas têxteis nas áreas distantes do centro, como: fábrica Aliança, em Laranjeiras, as Companhias Carioca e Corcovado no Jardim Botânico, a fábrica São Félix na Gávea, e em localidades mais distantes, como Engenho Novo e Cachambi (WEID, [19]).

Certamente o processo de urbanização junto à fábrica foi um acontecimento e, sem dúvida, marcou as relações de produção, de trabalho e estreitaram as relações entre a zona rural e a urbana. Sob esse ponto de vista, evidente que não é possível desprezar a representatividade das funções urbanas, do modo que após a implantação da fábrica, surgiram construções eminentemente urbanas, como a vila operária, abertura de ruas e implantação dos sistemas de água, esgoto e eletricidade – elementos esses que muito influenciaram a forma de viver da população rural.

Embora o processo de modernização, na segunda metade do século XIX contribuiu com a transformação de parte da zona rural da cidade, principalmente após a inauguração da primeira estação de trem Sapopemba, nesta época e, depois de concluído o ramal ferroviário, houve um crescimento populacional e a conseqüente consolidação dos bairros suburbanos.

O núcleo central da cidade do Rio de Janeiro cresceu em ritmo vertiginoso³¹ nesta época, e conseqüentemente a região periférica da cidade acompanhou este desenvolvimento.

Mas, de outro lado, se os transportes coletivos incentivaram a ocupação de localidades distantes, a reforma urbana empreendida durante o governo do prefeito

³¹ A população carioca no final do século crescia, em função das levas de imigrantes e do êxodo rural, sobretudo depois da escravatura, em 1888. Entre 1872 e 1890, a população urbana praticamente dobrou, passando de 274.972 a 522.651 habitantes, o que correspondeu a um aumento de 90% em dezoito anos. Dez anos depois, a cidade já tinha 691.565 habitantes, em 1906 atingia 811.444. O crescimento populacional dos anos 1880 correspondeu principalmente a uma entrada de população rural, vinda das fazendas de café da Província do Rio de Janeiro, que começavam a perder a produtividade, até o êxodo em massa nos últimos anos da década, com o final da escravidão (WEID, [19], p. 4)

Pereira Passos (1902-1906), que embelezou a cidade em nome do capital³², também contribuiu para o crescimento populacional das áreas distantes da cidade. Ao expulsar para longe tudo que lembrava o passado, Pereira Passos utilizou o slogan “*bota - abaixo*” para derrubar tudo que simbolizava o sistema colonial, principalmente em locais contíguos às principais intervenções urbanas³³. Com isso, todas as obras realizadas em nome de um urbanismo moderno não estavam relacionadas apenas na construção de edificações contemporâneas, mas na destruição de tudo que existia antes, e no caso analisado, das casas coloniais com seus pomares, que foram transferidos para os subúrbios.

2.6 O Subúrbio como unidade de produção

Como resultado desta mudança, foi instituído, em 1904 o Decreto 997 (13/10/1904) que permitia a venda de produtos hortifrutigranjeiros nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Num caráter experimental, autoridade municipal estabelecia as feiras livres aos domingos e feriados, e “*prestou relevantes serviços de alimentação pública na capital do país, era comum a figura do chacareiro chegando ao local da feira antes do amanhecer trazendo em carroças de tração animal as mercadorias frescas para expor ao consumidor, de acordo com rigorosas normas de higiene pública, e a preços convidativos*”. (Mascarenhas, 1991, p. 106).

Apenas em 1906, com o decreto 1752 foi instituído o funcionamento das feiras diariamente. De acordo com MASCARENHAS (1991), para amenizar a crise de abastecimento nos centro urbano, o governo do Prefeito Amaro Cavalcanti (15/01/1917 a 15/11/918) melhorou as estradas que ligavam as freguesias rurais e suburbanas, com o propósito de facilitar o escoamento da produção agrícola para o centro do Distrito Federal.

Tal fenômeno pode ser percebido pela análise do recenseamento de 1920

³² No início do século XX, a paisagem no centro do Rio de Janeiro era composta, basicamente, de cortiços, casas de cômodos, pequenas oficinas artesanais, escritórios de grandes companhias, casas de comércio, prédios públicos, entre outros serviços e moradias. Essa utilização do espaço já não atendia aos interesses dos capitalistas estrangeiros. Todos esses elementos influenciaram a realização da modernização da cidade do Rio de Janeiro (MIYASAKA, [19])

³³ A abertura de novas ruas e retificação das existentes ocasiona a demolição das áreas densamente ocupadas por habitações e moradias coletivas, como os cortiços e as casas de cômodos.

(ver tabela abaixo). Os dados indicam que 98% (583) dos estabelecimentos rurais estavam localizados em Campo Grande e 96,4% em Santa Cruz tinham menos do que 101 hectares³⁴. Na tabela que se segue expõe produtos agrícolas desenvolvidos no Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro, em 1920.

Tabela 1

Região: Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro. Produção Agrícola

Região Produtos	Distrito Federal	Rio de Janeiro	Região Produtos	Distrito Federal	Rio de Janeiro
Arroz	619 t	18.904 t	Cocos	104 centos	3.423 centos
Milho	3.287 t	179.079 t	Batata	61 t	6.088 t
Feijão	767 t	27.973 t	Mandioca	9.295 t	144.662 t
Algodão	4 t	302 t	Trigo	3 t	49 t
Fumo	-----	388 t	Cacau	-----	245 t
Mamona	1 t	79 t	Álcool	11 hl	2.993 hl
Aguardente	614 hl	140.697 hl			

Fonte: IBGE – Censo de 1920

* hl = hectolitro

t = toneladas

Os dados, ao mesmo tempo em que descrevem o que era produzido, e comercializado, no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, relata a participação significativa da produção rural no Distrito Federal³⁵. Vemos, pois, que a cidade produzia praticamente todos os produtos recenseados, apenas o fumo e o cacau não possui registrados.

³⁴ RODRIGUEZ, Helio Suêvo. A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro; o resgate de sua memória. Brasil: Memória do Trem, 2004.

³⁵ A tabela registra a produção agrícola da década de 1920, no entanto, muitos desses produtos já vinham sendo cultivados e comercializados desde o século XIX, como foi o caso da aguardente, que serviu como produto de troca na compra de escravos e a mamona, artigo da mata nativa.

Ao mesmo tempo, Delgado de Carvalho (1926) relata o desenvolvimento da produção agrícola nas três primeiras décadas do século XX, e aponta a localidade de Guaratiba como “*o mais rico de todos os districtos agrícolas*”, mais precisamente na “*encosta Occidental do massiço da Pedra Branca*”, onde havia grandes pomares, *plantações extensas de bananeiras, de laranjeiras e de “outras frutas”* (CARVALHO, 1926, p. 93).

E afirma, nas freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz era possível encontrar inúmeros estabelecimentos agrícolas com uma produção bastante diversificada e economicamente produtiva.

“...ao todo 30 mil toneladas de açúcar, 10 mil de mandioca e mais 3 mil de milho, além de feijão, arroz e café. Possuíam ainda significativo rebanho com 23 mil bovinos, 22 mil suínos, 16 mil muas e 7 mil cavalos. Também digna de nota, já nessa época, era a fruticultura” (CARVALHO, 1926, p. 93).

Quanto à fruticultura, mencionada por Delgado de Carvalho como digno de nota, destaca-se a laranja. Sabe-se que na década 1920, o cultivo da laranja começa a ser largamente disseminado na localidade de Campo Grande (zona rural da cidade) e em toda Baixa Fluminense. Na verdade, o Brasil já vinha esboçando tentativas para a exportação da laranja, entretanto, apenas no final nos anos trinta a citricultura passou a fazer parte da pauta de exportação brasileira, conquistando a posição de um dos dez produtos mais importantes na exportação do país. É época que a citricultura passou a ser um negócio que não apenas dava notoriedade à zona rural da cidade, como também, resultava em uma transformação econômica, social e política na região.

Na realidade, apesar da implantação de várias unidades agrícolas no período colonial, o desenvolvimento agrícola do Rio de Janeiro foi relativamente modesto até as primeiras décadas do século XX. A partir dessa data foi grande o impulso agrícola ocorrido em virtude de uma política de colonização e povoamento no município do Rio de Janeiro, a exemplo da implantação de uma colônia japonesa.

As políticas agrícolas impostas para região tinham como objetivo tanto incentivar a produção agrícola no sentido de alimentar a reprodução da força de trabalho em crescimento na cidade do Rio de Janeiro, como desvincular da

importação de alimentos oriundos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e até do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, foram implantados os decretos 2.441 de 26/01/1921 e 1.521 de 07/04/1921, que constituíram a criação da Colônia Agrícola e Granja de Criação da Prefeituraⁱⁱ³⁶. As colônias tornaram-se fazendas-modelos, destinadas a desenvolver atividades voltadas para melhorar a qualidade da produção agrícola do Distrito Federal.

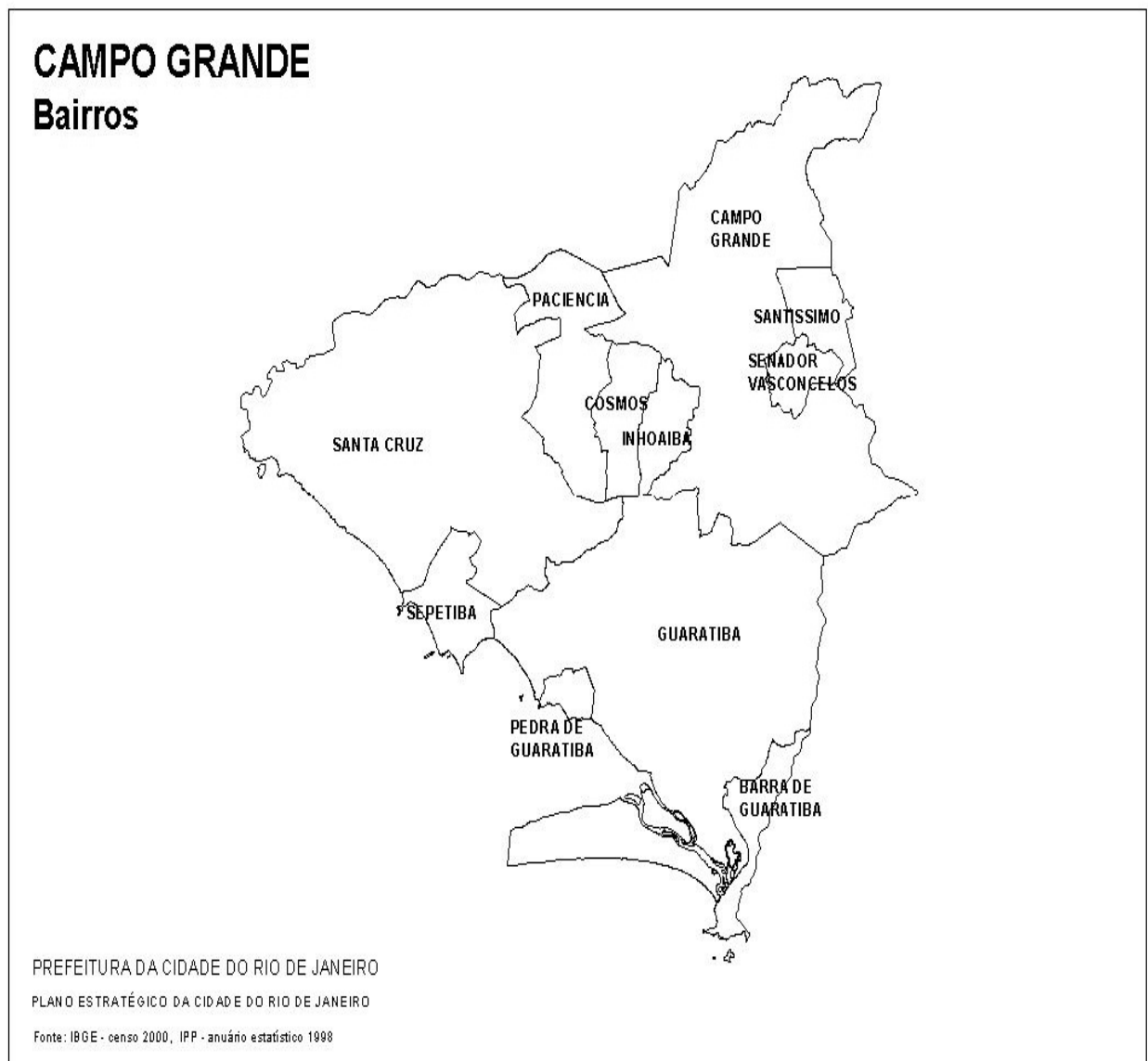
Esses decretos marcaram um período da expansão – foi um momento de grandes mudanças no campo, causadas pela mecanização e de novas técnicas de produção que impulsionaram diferentes cultivos. Das políticas agrícolas, destaca-se o incentivo de produtos de subsistência, principalmente nos centros urbanos aonde o nível populacional vinha crescendo. A cidade do Rio de Janeiro foi uma das regiões beneficiadas com essas medidas, não apenas pelo fato de abastecer o novo contingente populacional, mas principalmente por desvincular a importação de alimentos oriundos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e até do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, MOTA (2006) acrescenta que o Prefeito Prado Junior introduziu na Fazenda Modelo, em Guaratiba, o plantio de horticultura, bem como a avicultura e a ounicultura. A fazenda, que se destinava a resolver os problemas agrícolas da região, acabou incrementando atividades negligenciadas pelos lavradores e pequenos produtores rurais de Guaratiba.

De fato, a zona rural situada na baixada de Santa Cruz e de Guaratiba sempre apresentou características diferentes de uma área predominada pela pobreza, e sim, desde os primórdios de sua ocupação, ocorrido em meados do século XVII, destacou-se pelas as riquezas ali encontradas.

³⁶ Do ponto de vista internacional, as lavouras só tomaram vulto devido ao baixo custo de sua produção, acrescido da qualidade de sabor e suculência dos frutos e, sobretudo, pelo fato de serem colhidas exatamente nos meses de entressafra das demais frutas européias, isto é, primavera e verão (Mundo Agrário, 1954: 2).

Figura 3
CAMPO GRANDE. Bairros



Dando continuidade à reestruturação econômica, na década de 30, autoridades estabeleceram novas leis com o propósito de incentivar a agricultura na região. O Decreto nº. 3.392 de 2 de dezembro de 1930, do interventor Adolpho Bergamini, foram desses instrumentos. Através da regulamentação e fiscalização sobre o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, fixou preços e estabeleceu multas a serem aplicadas aos infratores que não seguissem aquelas determinações. Essas medidas em muito contribuíram para que os pequenos produtores locais privilegiassem determinados gêneros em detrimento da

horticultura.

A partir dessas políticas públicas, o Rio de Janeiro passa a viver um acelerado crescimento de produtos hortigranjeiros. A expansão agrícola ampliou a oferta de alimentos, e garantiu aos trabalhadores rurais melhores condições de produção. Dos incentivos destaca-se o implantado pelo então Ministro da Agricultura, Fernando de Sousa Costa (1937-1941), que estabeleceu mecanismos de incentivo à produção de horticultura do Rio de Janeiro.

Neste sentido, o Governo Federal facilitou a vinda de colonos japoneses. A escolha se deve ao conhecimento do extraordinário sucesso verificado na cidade de Cotia, no município de São Paulo, aonde os imigrantes japoneses vinham desenvolvendo experiências agrícolas muito bem-sucedidas. O Governo Federal determinou a vinda desses colonos já instaurados no Brasil para ocuparem lotes existentes nos Núcleos agrícolas de Santa Cruz.. E, em 23 de setembro de 1938, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, inaugura a primeira Colônia Agrícola Japonesa na cidade do Rio de Janeiro (depoimento de uma descendente Japonesa, Kukiko Murakami Miyata, 2007).

Quanto à citricultura, houve também investimentos feitos diretamente no cultivo. Dentre desses, podemos destacar a grande distribuição de mudas de laranja. O objetivo era ampliar o cultivo, que até então permanecia com uma produção limitada, dedicada ao consumo doméstico, e com raras exceções, comercializada no mercado da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, com a boa aceitação nos mercados internacionais, autoridades viram a possibilidade de elevar a participação do Brasil na balança de exportação. A previsão otimista do Governo Federal incentivou posseiros da região, que até então, exploravam a terra através de pequenas roças ou na criação de animas, a ceder suas terras para o cultivo da laranja.

Ao mesmo tempo em que conquistavam mercados, financiadores ingleses colocaram à disposição da lavoura fluminenses créditos que iriam atender, em parte, às necessidades da grande maioria dos agricultores, principalmente na formação de laranjais, incluindo as despesas inadiáveis do exportador para montagem de suas casas de beneficiamento.

E foi a partir desse desenvolvimento progressivo do produto no mercado exterior que o solo da região, que vinha produzindo uma variedade de gêneros alimentícios, em poucos anos, cedeu lugar para a produção de citricultura.

Entretanto, na mesma maneira que proporcionaram uma melhora nas safras, aumentando a produção e a qualidade, os pequenos produtores que não tiveram condições de se adaptar à modernidade no cultivo presenciaram declínio em sua produção. Com o tempo, esse confronto tornou-se especialmente acirrado, e os pequenos lavradores, não suportando a pressão dos grandes produtores de laranja, acabaram vendendo suas terras, passando a incorporar ao exército de reserva na força de trabalho.

É verdade que a mão de obra disponibilizada em muito contribuiu para o desenvolvimento do setor, mas nem todos foram contemplados com ofertas de emprego, aumentando a miséria da maioria da população local.

Se por um lado, a modernização do cultivo ocasionou uma crise social, do outro permitiu que a lavoura fosse implantada em todos os cantos da Baixada. FIGUERÊDO (2004)³⁷ afirma que na primeira fase do cultivo dos laranjais nas zonas de morros e nas encostas íngremes da serra de Madureira, com o investimento de capitais exteriores, o cultivo se alastrou, na direção também das baixas colinas e planície, onde loteadores e cultivadores drenaram a planície com a abertura de valetas, permitindo a ocupação pelos laranjais. Acrescenta que o desenvolvimento e crescimento do cultivo da laranja encontraram nos capitais um fator determinante, associado ao ambiente de incentivo e apoio à citricultura. E utilizando argumentos de Maria Therezinha de Segadas Soares³⁸, que descreve como os investimentos mudaram o solo de toda a região.

(...) financiando a constituição de laranjais para obtenção da fruta para a exportação, quer pela compra de grandes áreas para fragmentação e venda, sob a forma de chácaras já plantadas com laranjeiras, quer pela aquisição e plantio de imensas propriedades com laranjais, quer ainda, pela instalação em certos pontos da região e, principalmente, na cidade, de packing-houses – os barracões – para beneficiamento do produto. Os próprios elementos tradicionais do município,

³⁷ Esse depoimento da autora foi retirado do texto: Gênese e (re) produção do Espaço da Baixada Fluminense do site: <http://www.feth.ggf.br/Baixada.htm> . Acesso em: 30 out. 2007.

³⁸ SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, v.24, n.2, p.157-241, abr./jun.1952.

possuidores de grandes propriedades improdutivas, com o êxito da citricultura e, diante da crescente procura de terras para o plantio de laranjeira, passaram a subdividi-las arrendá-las e, finalmente, eles próprios começaram a constituir os seus laranjais. (SOARES, 1952, p. 205).

Na cidade do Rio de Janeiro muitas firmas empreenderam seu capital na aquisição de grandes extensões de terra que as subdividiam e as arrendavam para o plantio da laranja, encarregando-se as próprias firmas no beneficiamento e exportação, atitude também adotada por alguns proprietários particulares de terras.

Mediante a multiplicação de propriedades aptas a lavoura citricultora, em especial entre os períodos de 1920 a 1940, a região rural da cidade ganhou notoriedade, principalmente a localidade de Campo Grande.

2.7 A zona rural da cidade do Rio de Janeiro

O *continnum urbano*, através do processo de modernização, mudou a lógica da cidade, nela incluindo as áreas de produção agrícola. Segundo Elisabeth Von der Weid:

“A Associação do poder público com as empresas de bondes e outros serviços urbanos provocou uma real superação da velha cidade colonial escravista do século XIX e adaptação do espaço urbano às exigências do mundo capitalista” (WEID, [19], p. 18)

Nessa direção o mercado de alimentos e de terras atraiu uma população para a região que dinamizou uma economia anteriormente ativada pelos escravos que trabalhavam nas plantações de açúcar, além do plantio de hortifrutigranjeiros. Uma fronteira agrícola se configurou nas terras das antigas freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz.

Na década de 1920 se realizaram as primeiras exportações oficiais de laranja brasileira para mercados exteriores. *Sendo que em 1926, sua exportação no Porto do Rio de Janeiro atingiu 149.750 caixas e numa progressão animadora foi subindo até que em 1927 foram exportadas 317.639 caixas; em 1928, 432.738 (...) em 1930, 603.713 e em 1931, 1.236.453 contendo certa de 247.200.600 laranjas* (Mattos, Sebastião Herculano in Revista Polyanthéa, volume único. [19]).

Em verdade, já no século XIX certa quantidade de laranjas havia sido exportada, embora somente na década de 1920 tenha ganhado uma regularidade em virtude de um tratado negociado pelo Presidente Nilo Peçanha com os governos do Prata, que isentou de impostos alfandegários as frutas frescas.

Nesta época, algumas áreas remanescentes do cultivo de cana-de-açúcar permaneciam, sobretudo, na região do Curato de Santa Cruz. Na realidade, desde o final do século XIX essas terras longínquas, os ditos sertões da cidade do Rio de Janeiro, vinham atravessando por mudanças significativas em seu espaço. FRIDMAN (1999) destaca que no curato de Santa Cruz desde 1885 havia claros indicadores de urbanização, como por exemplo, serviços de abastecimento de água, transporte ferroviário e de bondes concentravam no “*centro*”, enquanto o restante da freguesia permanecia rural. (FRIDMAN, 1999, p. 224).

FRIDMAN (1999) admite que a cidade do Rio de Janeiro do século XIX, transformou na ordem econômica do antigo sertão do Rio de Janeiro e permitiu intensificar suas relações e comunicações com o centro tornando-se, ao final dos oitocentos, parte integrante da periferia da cidade. Para autora, o declínio das culturas produtivas influenciou a dinâmica da região quanto à questão territorial, cuja consequência imediata foi o parcelamento das antigas fazendas e seu posterior recorte em propriedades menores. Embora estas localidades só viessem a tomar ares verdadeiramente urbanos no século XX, todo o processo de divisão de suas terras, verificado ao longo do século XIX e mais acentualmente nos últimos anos, foi ditado pela dominação do modo capitalista de produção que implicou também o fim da escravatura e a proclamação da República (FRIDMAN, 1999, p. 223).

De fato, a região que outrora foi chamada de sertão, com a dinamização de uma economia que teve rebatimentos na modernização da área, tanto do ponto de vista de equipamentos urbanos (bondes, telégrafo, rádio, etc.) como institucionais (estímulo aos hortos, programas de qualificação dos produtores rurais e até a criação da Escola Nacional de Agronomia na antiga Estrada Rio - São Paulo KM 47). Além do trem, o bonde alcançou áreas distantes das vias férreas servindo como transporte da produção agrícola local. A necessidade de escoamento dos produtos dessa área foi à responsável pela abertura de estradas e também pelo adensamento

da população nas localidades de Campo Grande e Santa Cruz, que se tornaram pólos econômicos sociais e também culturais.

Para ilustrar a importância da laranja na região faz-se registrar o depoimento de alguns moradores, hoje na faixa de 80 anos:

“Meu avô formou uma chácara – não com intuito de comércio – ele plantou laranja da terra, seleta, laranja bahia, criou com o intuito de abastecer a família; minha avó quando ele faleceu, em 1915, ampliou” (BARATTA, 2007).

Neste relato fica patente a existência do cultivo da laranja desde os primórdios do século XX; no princípio, como consumo familiar e local, posteriormente, no final dos anos 1920, já voltada para um mercado mais amplo.

Como relatado anteriormente, o cultivo de hortifrutigranjeiros sempre esteve presente na história de ocupação da região, mas só com passar dos anos ganhou fôlego. Posteriormente tornou-se um importante pólo agrícola, conhecido como a “*Capital Rural do Distrito Federal*”.

O mesmo interlocutor destaca que na região de Santíssimo era forte naquela época de agricultura – arroz, feijão, carvão, milho. Lembra que na estação de trem tinha uma plataforma exclusiva para o embarque das mercadorias produzidas em Campo Grande. Assim comenta: *os animais iam vivos lá para baixo e eram abatidos lá embaixo. Tinha até cercados para boi, suínos* (BARATTA, 2007).

Na verdade, havia cercados em quase todas as estações da linha (estações de Santa Cruz, Campo Grande e Realengo da Estrada de Ferro Dom Pedro II, ambas inauguradas em 1878, e em, 1184 inauguração do ramal do Matadouro em Santa Cruz, para transporte de gado e carne)³⁹.

Quanto à produção de laranjas, de princípio, ocorria em médias e pequenas propriedades e ainda utilizavam técnicas agrícolas praticadas desde a época de ocupação, mas quando aumentaram as possibilidades de exportação da laranja para a Europa Ocidental, a antiga forma de cultivo teve que modificar para satisfazer o

³⁹ Em, 1910, a população do Distrito Federal, atual município do Rio de Janeiro alcança 910.000 habitantes; neste mesmo ano ocorreu o prolongamento do Ramal de Mangaratiba da Estrada de Ferro Dom Pedro II de Santa Cruz até Itaguaí, e novas estações foram inauguradas como: Vila Militar, Pavuna, São João de Meriti e Triagem.

novo consumidor, no caso os estrangeiros. E foi assim, num curto espaço de tempo, as antigas hortas e pomares tiveram que se alteradas para dar vez aos pés de laranjas.

“Laranja em Campo Grande era qualquer palmo de terra era laranja. Tínhamos laranja em todos os cantos – podíamos ver laranja em toda região. Todo centro era laranja até Inhaúma. Era laranja em tudo. (...) Pedra para Santa Cruz, o outro lado de lá, era laranja. No Centro beirando a linha do trem era tudo laranja até Inhoaíba. Era laranja pura” (depoimento de Edmilson Rodrigues Dornelles – morador de Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro).

Percebe-se na citação que aqueles antigos pés de laranja seleta e bahia serviram ao intuito de abastecer apenas a família – a lavoura da laranja alastrou-se em toda zona rural da cidade, atingindo o auge da produção em meados dos anos de 1926.

Das mudanças para o cultivo do “*mais novo produto de exportação*”, destaca-se a logística envolvida, isto é: durante o dia um grande número de caminhões circulava na região para transportar laranjas dos sítios para os barracões⁴⁰ - construídos para armazenar, selecionar e encaixotar as laranjas in natura; e a noite, os mesmos faziam o trajeto dos barracões para a estação de ferro, onde era destinada para o cais do porto e depois para a Europa.

“Muito antes de 30, eu transportei de caminhão muito laranja dos barracões para cá. Transportar para os navios e para o Cais do Porto. Pegava a laranja no meu caminhão e levava para os barracões durante o dia, e depois à noite, já em caixa de embarque, levava para Estrada de Ferro. Colocávamos a laranja no vagão, para dali ir para o Cais do Porto. A laranja era destinada para o Cais do Porto, e depois ia para toda a Europa. Todo caminhoneiro fazia isso, puxava a laranja dos sítios para os barracões e depois levava para a Estrada de Ferro, para ser enviada para o Cais do Porto. Dia e noite tinha vagão na época da colheita. Tinha vagão também para madeira, cimento, mudança de pessoas. O trem foi o principal meio de transporte da região por muitos anos.” (depoimento do Sr. Edmilson Dornelles – morador de Campo Grande).

Foi uma década de riqueza. E de acordo entrevistado, a citricultura foi importante para a cidade, principalmente no final da década de 20, quando a produção de laranja foi considerada a maior do país.

Todas as mudas trazidas para o Brasil foram plantadas onde hoje

⁴⁰ Os principais barracões foram: Em Inhoaíba, Marcolino Tenente, Carlos Guimarães, Umberto Galloti; na Estrada do Monteiro – Heitor Mota Ferreira, Maria Pereira; Luiz Elveto Vampares; Barone. Na área central de Campo Grande tinha Constantino Magalhães e em Vasconcelos de Aquiles Costa. Segundo o Sr. Edminson o maior barracão pertencia ao Barone e depois vinha o do Luiz Eveto Vampares

corresponde a Área de Planejamento V na Cidade do Rio de Janeiro⁴¹. O solo e o clima favoreceram o desenvolvimento do produto, e com o passar dos anos, vários outros tipos de laranjas foram sendo cultivados na região, como: laranja pêra, seleta, lima até a tangerina.

Sr. Edmilson Dornelles reconheceu que o apogeu da cultura da laranja ocorreu no final dos anos 1920, mas foi na década de 1930 que se fortaleceu o “*movimento de citricultores*”, ativo até a 2^a. Guerra Mundial. Reconheceu também o “*Café Lavrador*”, um bar da região, era o “*local de negócio*”, ou seja, onde era avaliada e comercializada a produção. Muitos produtores e atacadistas se reuniam no bar para negociar os pés de laranja, sendo que chegavam a vender laranja ainda em flor – “*a região tinha o cheiro da flor de laranjeira*”.

No entanto essa “*corrida pelo cultivo da laranja*” não se manteve por muito tempo. Um dos nossos interlocutores relatou que sua avó também participou dessa “*corrida pelo cultivo da laranja*”, no sítio localizado em Santíssimo, onde chegou a possuir aproximadamente 3.000 pés de laranja. Com o tempo, os pés foram transformados em casas de aluguel. (depoimento Baratta em 2007).

Neste sentido, é oportuno lembrar que muitos dos créditos obtidos pelos lavradores vieram dos ingleses, que interessados num cultivo de baixo custo, acrescido da qualidade de sabor e suculência dos frutos e, sobretudo, pelo fato de serem colhidas exatamente nos meses de entressafras das demais frutas européias, ou seja, primavera/ verão; ingleses investiram na produção de laranja no Brasil. Esses créditos vieram atender, em parte, às necessidades da formação dos laranjais - despesas do exportador para montagem das casas de beneficiamento (*packing houses*) e demais gastos com o cultivo. E assim, pés de laranja, que até então eram produzidos no fundo de quintal das do Distrito Federal e da Baixada Fluminense e centro paulista, conquistaram o mercado internacional (MUNDO AGRÁRIO, 1954, p. 2). A tabela a seguir apresenta dados desta produção em solo brasileiro.

⁴¹ A área de Planejamento V é formada por 20 bairros e 05 regiões administrativas na cidade do Rio de Janeiro, distribuídas da seguinte maneira: Região Administrativa XVII Bangu inclui os bairros de Padre Miguel, Bangu e Senador Câmara; RA XVIII Campo Grande onde abrange os bairros de Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Inhoaíba e Cosmos; RA XIX Santa Cruz compreendendo os bairros de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba; RA XXVI Guaratiba destacando os bairros de Guaratiba, Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba e RA XXXIII Realengo envolvendo os bairros de Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonso, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos e Realengo. Disponível www.rio.rj.gov.br. Acesso em: 27 mai. 2007.

Tabela 2
Exportação de frutas cítricas em caixa

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1926	162.087	1934	1.452.298
1927	355.650	1936	3.216.712
1928	540.427	1937	4.970.858
1929	952.031	1938	5.487.043
1930	817.177	1939	5.631.943
1931	2.088.893	1940	2.857.741
1932	2.005.291	1941	1.594.080

Fonte: Revista Lavoura – Agosto-Dezembro de 1942

No entanto, como demonstrado na tabela 2, esse incentivo não durou muitos anos. Com a eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945), surgiram algumas dificuldades no cultivo dos laranjais. Uma dessas dificuldades eram os riscos do transporte marítimo em decorrência da guerra, principalmente ataque dos submarinos às frotas aliadas. Tais riscos limitaram o consumo; e sem o mercado europeu, não havia motivo para os ingleses continuarem a investir na produção de laranja em solo brasileiro.

Mesmo assim, no Brasil a laranja continuou a florescer⁴² em algumas localidades; a quantidade produzida superava o mercado consumidor brasileiro. É necessário salientar que a estrutura comercial interna não estava preparada para

⁴² Em 1942, a longevidade do pomar - período da formação a colheitas das laranjeiras; o produtor gastava, em média, sete anos para obter uma colheita "tipo exportação". Por isso, mesmo depois do início da guerra e o fim dos investimentos dos ingleses, os laranjais continuaram a produzindo na Baixada Fluminense e na região de Campo Grande (REVISTA A LAVOURA. Rio de Janeiro, ago./ dez, 1942).

suprir toda a produção. O efeito foi o total abandono dos frutos nos pés, apodrecendo e atraindo animais nocivos para a área de cultivo⁴³. Com isso, os pequenos pomares (como, por exemplo, a avó do Sr. Almir Barata), que não dispunha de outros recursos além das colheitas de seus pequenos pomares, passaram a lotear suas terras, ocupando, a partir de então, com moradias⁴⁴:

Se até então a região tinha o cheiro de flor de laranjeira, conforme já afirmaram nossos interlocutores, com a mudança de uso da terra - de área produtora de alimentos para uso exclusivamente residencial; "...as propriedades em zona teoricamente rural passaram a oferecer lotes de 13 x 18 metros, por preços a partir de Cr\$ 13.500,00 para o seu comprador-proprietário plantar casa (...). Dominou, assim, conforme esclarecer, o valor imobiliário das áreas de subúrbio de zona urbana, e não o valor da terra agrícola" (REVISTA MUNDO AGRÁRIO. Rio de Janeiro, v.2, n. 10, abr., 1954).

Em resposta à crise da laranja, durante as décadas de 1940/1950, principalmente no governo do Prefeito Mendes de Moraes, ocorreu uma ajuda para a classe dos agricultores. O incentivo ocorreu através de verbas municipais para combater a praga, mas de acordo com o entrevistado, a medida não deu certo; ocorreu um erro técnico que gerou um "*desequilíbrio biológico*". Até hoje Sr. Almir não aconselha o produtor investir na citricultura; o custo para obter uma boa produção é muito alta e não compensa financeiramente – "*a citricultura não tem*

⁴³ A mosca dos frutos proliferou e dominaram por completo o ambiente. E, por inacreditável que pareça, milhões de laranja foram arrancadas para serem transformadas em madeira para carvão. (REVISTA MUNDO AGRÁRIO. Rio de Janeiro, v.2, n. 10, abr., 1954).

⁴⁴ Até o ano de 1942, a procura e oferta de imóveis chegavam a ser equilibrada. Considera "equilibradas" porque o índice de imóveis desocupados ainda não era muito alto. Como a produção de novas moradias foi quase totalmente interrompida com os conflitos internacionais; a solução dos moradores era morar em imóveis já construídos, na forma de aluguel. Na verdade, no Brasil antes dos conflitos mundiais, a casa de aluguel tornava-se uma segurança de rentabilizar poupança. Muitos proprietários adquiriam imóveis não apenas com a finalidade de residir, mas para obter um lucro. As habitações representavam para os proprietários um investimento seguro, a valorização constante do imóvel, no caso dos contratos de aluguéis, possibilitaria um excelente rendimento. No Brasil dos anos 30, era comum construir imóveis com a finalidade de alugar. As aplicações de capitais na construção de imóveis permitiam uma rentabilidade segura aos investidores. De fato, a maioria dos moradores que residiam na cidade do Rio de Janeiro, ocupavam casas de aluguéis ou outras formas de ocupação (ex. posse). Em dados estatísticos, em 1940, na cidade dos 229.659 domicílios registrados, 62.981 imóveis estavam ocupados por inquilinos, enquanto apenas 66.678 pelos proprietários(6). Em 1940 o valor do aluguel correspondia aproximadamente 20% do orçamento familiar. Outro fator que contribuía para a produção de casas de aluguel era a livre negociação, a Lei do Inquilinato vigente na época (até 1942), não interferia na comercialização entre proprietário e inquilino, os acordos eram estabelecidos entre as partes, como por exemplo, o abatimento no valor do aluguel em caso de contratos mais longos. (MEDEIROS, M. T. Lei do inquilinato: a intervenção do poder público no espaço urbano carioca. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA E TRABALHO, 48, 1994, Vitória. SBPC, 1994).

mais jeito”. Assim relata:

“Na época o prefeito era Menezes de Moraes, ele deu muito incentivo para incentivar os pomares. A Braga da laranja começou com a mosca do furto – mosca amarelinha, ela pichava a laranja e depositava os ovinhos e a laranja ia para o chão. Os técnicos recomendavam que pegássemos os frutos para os porcos ou enterravam e depois inventaram um método para pegar a mosca através da garrafa. Colocava o suco na garrafa a mosca entrava e depois não saía – para combater - não era suficiente. Depois veio outras doenças para radicar os pomares – Depois apareceu outra doença na laranja – desequilíbrio biológico. Na Secretaria Mendes de Moraes, contratou a Ródia para polvilhar os pomares, mas as (técnicas aplicadas não foram suficientes) – foi feita sem técnica nenhuma.” (BARATTA, 2007)

BARATTA, em depoimento, registra que essas foram às últimas políticas de incentivo para produção agrícola. Apenas no Governo do Prefeito Luiz Paulo Conde, após determinação do Governo Lula, o produtor rural ficou isento do imposto territorial, o IPTU. Fato esse combatido no Governo César Maia.

Neste quadro de incentivo das políticas públicas, questionamos as linhas de créditos oferecidas pelo Banco do Brasil para os agricultores. De acordo com o entrevistado, essas verbas são pouquíssimas. *“Muito difícil de obter” - “Ninguém consegue”*, e acrescenta: *as intervenções públicas são raras, e o Prefeito César Maia⁴⁵ detesta o agricultor, e sim, é a favor da especulação imobiliária.*

A coordenadora do curso do Sindicato Rural do Rio de Janeiro a Sra.Nair relatou que a produção da Zona Oeste tem papel importante⁴⁶. Afirmou que os produtores estão sempre participando de eventos no Estado do Rio de Janeiro. O encontro permite divulgar a colheita da região, sendo que na época ⁴⁷, os produtores da região tinham sido convidados para participarem do Encontro Produtor Rural a nível internacional na cidade de São Paulo.

Quanto a essa importância da produção, no depoimento da Sra. Nair, há o registro que considera o produtor agrícola um *“idealista”*. Sua afirmativa tem como fundamentos que o produtor não tem incentivo do governo. *Registrou que há pouco tempo a caixa de chuchu estava sendo negociada no CEASA por R\$ 1,00, destacou que a caixa de madeira para o transporte custa para o produtor R\$ 0,50; mais os*

⁴⁵ O depoimento do Sr.Alamir Baratta foi e, 06 de Fevereiro de 2007, isto é, durante a gestão do Prefeito César Maia.

⁴⁶ Em sua entrevista destacou que atualmente a produção agrícola da região concentra no cultivo de coco verde em Sepetiba, banana em Campo Grande, aipim, batata doce na área de Santa Cruz. Onde parte desta produção destina ao CEASA e as feiras livres.

⁴⁷ Entrevista em 26 out. 2006 no Sindicato Rural do Rio de Janeiro (Campo Grande/RJ).

gastos com a mão-de-obra, fertilizantes, etc. O que o produtor ganha? “Tem que ser um idealista para viver exclusivamente da agricultura”. (Depoimento Sra.Nair, 2006)

Quanto a esta falta de incentivo o Sr.Alamir acrescentou que não é apenas a ausência de apoio dos Governos que enfraquece a produção, mas também o meio em que a produção está incluída. Hoje a região é ocupada por habitações exclusivamente urbanas, principalmente pelas favelas. Essas zonas antigamente eram áreas agrícolas – *“as favelas estão localizadas no meio da produção”*. *“Estamos cercados pela pobreza”*. Este quadro favorece o pequeno roubo, os produtos agrícolas são retirados dos pés ainda verdes; segundo o entrevistado, não temos como combater a “praga de duas pernas”. Não culpa a situação, afinal “o seu vizinho está faminto”.

Documentos elaborados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registram que até hoje a região de Campo Grande abriga uma vasta área rural com grandes descampados, convivendo com a ocupação progressiva de um parque industrial que está mudando as feições do lugar. Percebe-se na localidade que nem todos os habitantes absorvem o modo urbano de viver, como já nos descreveu Lefebvre, entretanto sabe-se apenas que são áreas com características rurais. Mas com a tendência do crescimento do comércio e da implantação das indústrias nessas localidades, pode haver mudanças rápidas e que modifiquem o ritmo dos avanços urbanos.

3 CONTINNUM URBANO, EXPRESSÃO URBANA E A RELAÇÃO CAMPO/CIDADE.

“Assim sendo, verdade, que se chama, no sertão: é uma beira de barranco, com uma venda, uma casa, um curral e um paiol de depósito. Cereais. Tinha até um pé de roseira. Rosmes!” João Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas

3.1 Introdução

As transformações na sociedade que anunciaram a Era Industrial mantiveram, nos primeiros anos de sua implantação, a relação campo/cidade, isto é: campo como o espaço da produção, enquanto a cidade como espaço da circulação e do consumo das mercadorias produzidas. Neste capítulo abordaremos essa passagem e como ela ocorreu na cidade do Rio de Janeiro.

3.2 Do Feudalismo à economia mundo

Sobre a transição do mundo Feudal para o Moderno, período em que a riqueza mobiliária foi, gradativamente, perdendo lugar para a imobiliária Henry Lefebvre observa:

A produção agrícola não é mais predominante, nem a propriedade da terra. as terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura. Segue-se que a “sociedade” no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tende a se constituir em rede de cidades, com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente) feita essas cidades ligadas por estradas, por vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancárias. (LEFEBVRE, 1994, p.12,13).

Ao contrário de outros autores que analisam a sociedade como se ela fosse dividida em duas individualidades, a rural e a urbana, Lefebvre vai buscar na transição do feudal para o moderno as origens de uma sociedade de predominância urbana a se expandir progressivamente. A cidade medieval não é, para ele, apenas uma pré-cidade, anterior à moderna sociedade industrial, nela

acumulou-se capital para que essa sociedade urbana pudesse emergir. Algumas delas do período acima citado tiveram uma intensa dinâmica urbana como as de Península Itálica com densidade acima de 100.000 habitantes como as de Veneza, Genova, Florença e Milão e, mesmo quando marcada pela opressão, alcançaram um sentido de unidade, enfim de integração sócio-cultural. Pelas dimensões orgânicas nelas implícitas essas cidades estavam mais próximas do princípio da semelhança do que da diferença que marca a moderna cidade industrial.

Sobre o controle da terra pelo capital comercial e bancário torna-se interessante recuperar a seguinte afirmação do autor: *“as terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura”*. Tal frase anuncia, a partir deste momento histórico, o início de uma urbanidade, não reduzida apenas ao domínio de uma unidade urbana sobre o seu campo, mas ao domínio de um complexo de interesses urbanos sobre todo o território através de uma rede de cidades. Para Lefebvre a cidade comercial é o lugar dos capitalistas urbanos, do controle político e também o espaço de atividades fabris e de serviços, enquanto o campo o lugar de atividades agropastoris.

Historicamente, esse tipo de cidade, como expressão dos interesses do capital, minou a estrutura feudal e submeteu-a aos interesses de um novo grupo social em ascensão. Para ele, o conceito de sociedade do capital, seja comercial e/ou industrial, incorpora os dois espaços através da regulamentação de relações institucionais que privilegiam como já foi dito, o capital sobre o trabalho, e a cidade sobre o campo.

Em verdade, Lefebvre define a cidade como o lugar da administração do campo desde os primórdios da história. Nomeadas como políticas, elas protegem, exploram territórios freqüentemente vastos, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas (drenagem, irrigação, construção de diques, etc). E prossegue:

“A agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos, geralmente ocupados por conquistadores hábeis (...) administradores fundadores de um Estado ou de um esboço de Estado.” (LEFEBVRE, 1994, p. 12,13).

3.3 A divisão social do trabalho e a relação campo-cidade

O vulto do fenômeno urbano do século XIX, como muitos expressaram a necessidade de um contraponto que fosse o seu oposto, ou seja, o campo, lugar de uma relativa estabilidade ao contrário da cidade, lugar da diferença e da turbulência social. A sociologia urbana de Tönnies trabalha com a transição campo-cidade, identificando a categoria campo ao conceito de comunidade e o de cidade ao de sociedade (da diferença); espaço, por excelência da divisão social do trabalho. Em verdade, o aparecimento da sociedade do capital e da divisão social do trabalho. Durkheim e outros sociólogos também analisaram a transição da sociedade por semelhança (comunidade) à sociedade (urbana da divisão social do trabalho). Essa linha de pensamento levou a sociologia a desdobrar-se em estudos específicos tanto de sociologia urbana quanto rural, congelando as possibilidades de estudos a partir do conceito de continuum urbano fundamental na obra de Henry Lefebvre.

Lefebvre reconhece que com o advento da sociedade moderna ocorreram mudanças de uso das cidades. As transformações⁴⁸ na sociedade que anunciaram a Era Industrial mantiveram a relação campo/cidade, isto é, campo como o espaço da produção, enquanto a cidade como espaço da circulação e do consumo das mercadorias produzidas. Acrescenta que nas sociedades pré-industriais, o campo acolhia a grande maioria da população e era o responsável pela quase totalidade da produção de riquezas.

Esse quadro manteve-se ao longo de anos, mas por diferentes mecanismos de coerção política⁴⁹, a relação campo-cidade se transformou. De fato, foram

⁴⁸ Até o início do século XVIII, a agricultura praticada pelos ingleses, bem como no restante do continente europeu, era realizada por métodos e instrumentos bastante primitivos que causavam a queda da fertilidade dos solos – situações essas que causavam a escassez de alimentos. Na busca de reverter à crise, a aristocracia intensificou a adoção de sistemas de rotação de culturas e a integração das atividades de pecuária e agricultura, além de implantar técnicas de drenagem que em muito contribuíram na fertilidade do solo. De fato, foram mudanças irreversíveis que propiciaram um desenvolvimento no campo, e onde propriedades aperfeiçoaram o modo de produzir e conquistaram maiores espaços para produção. No entanto, se as novas técnicas impulsionaram a produção, por outro lado, o mercado local era insuficiente para consumir toda a produção; muitas mercadorias estragavam por falta de mercado, e foi assim que as cidades entraram em ação - tornando consumidores dos excedentes de produção.

⁴⁹ Neste caso, entende-se por coerção política a exploração de novos processos de produção no campo, como por exemplo: implantação do sistema de rotação de culturas e os enclousures, onde campos cercados, com a utilização de poucas terras e menos mão de obra praticavam uma agricultura e pecuária intensiva. Houve uma concentração de propriedades agrícolas nas mãos de poucos senhores rurais onde os pequenos produtores foram expulsos do campo e obrigados a refugiar nas cidades.

mudanças irreversíveis⁵⁰ que propiciaram um desenvolvimento no campo, e onde propriedades aperfeiçoaram o modo de produzir e conquistaram maiores espaços para produção – garantindo maiores participações na economia, enquanto a cidade concentrava mercados e fonte de capitais disponíveis para cultivo - elementos fundamentais para dominar as formas de produção do campo.

Essa afirmação parece bastante elementar e, ao mesmo tempo, um ponto de partida indispensável, para discutir as definições de espaço urbano e rural, assim como suas interações, especialmente no Brasil. Sendo assim, voltamos a Henri Lefebvre (1991, 1999) para esclarecer a relação entre os dois espaços.

3.4 *Continnum Urbano, Expansão Urbana e a relação campo/cidade*

Lefebvre compreende que a integração campo-cidade em muito foi beneficiada pela sua proximidade. Sua tese menciona a uma época⁵¹ onde os meios de transportes eram rudimentares e os poucos caminhos terrestres constituídos tinham trajetos longos e de difícil acesso. Esses fatores dificultavam o total domínio da cidade em áreas distantes.

Esta compreensão de espaços próximos pode ser avaliada na história de ocupação do Rio de Janeiro, onde localidades afastadas núcleo da cidade serviram como espaço de produção da cidade. Um desses exemplos compreende onde se localizavam as freguesias rurais da cidade do Rio de Janeiro, ocupada desde 1556⁵². Admite-se que parte do desempenho econômico dessa área deve-se a sua localização que sempre exerceu um papel fundamental para vida da cidade, primeiramente como produtora de cana-de-açúcar, além das demais atividades relacionadas ao extrativismo e lavoura– ambos os cultivos favorecidos pelas condições naturais da região. E durante a evolução urbana do Rio de Janeiro –

⁵⁰ Ao instituir novos instrumentos e adubos no cultivo proporcionou um aumento na produção, e conseqüentemente, permitiu que os excedentes destinassem as populações da cidade.

⁵¹ A integração campo-cidade mencionada por Henry Lefebvre retrata a Europa do século XVIII.

⁵² Em 30 de Dezembro de 1556, Cristóvão Monteiro e seus familiares receberam em retribuição às ações que praticaram nas lutas pela expulsão dos franceses e seus aliados uma sesmaria para implantação de seu engenho de fabricar açúcar. as terras que receberam compreendiam toda a orla marítima da atual Sepetiba ate Itacuruça e igual dimensão estendia-se pelo interior continental (CAVALCANTI, 2003, p. 15).

iniciada no final do século XIX - tornou-se o principal espaço agrícola deste município, e posteriormente, área de expansão habitacional e industrial da cidade.

De fato, a relação rural-urbana foi compreendida em diferentes momentos no processo de formação da cidade do Rio de Janeiro e arredores. No caso dos sertões⁵³ da cidade do Rio de Janeiro, um dos exploradores foram os Jesuítas, que ao construir diques, pontes no rio Guandu e abertura de caminhos com a finalidade conectarem sua fazenda, localizada na Estrada Real da Fazenda de Santa Cruz com o Palácio de São Cristóvão. De acordo com FRIDMAN (1994), a proposta dos religiosos era minimizar os difíceis caminhos em passagens seguras para o escoamento das mercadorias produzidas em na propriedade. Com efeito, os produtos agrícolas chegavam rapidamente ao centro da cidade com destino à exportação e ao consumo urbano.

Enquanto a Companhia de Jesus investia na região, demais sesmeiros, e em seguida, posseiros e pequenos produtores agrícolas aproveitavam dessas intervenções no espaço físico para ocuparem definitivamente a região. Os atrativos geográficos (solo fértil, abastecimento farto de regular de água) e as obras de melhorias contribuíam para os agricultores buscassem na localidade não apenas um local de moradia, mas também, um lugar para ocupar e viver dos rendimentos da terra.

O conceito de cidade política também é percebido nos limites da cidade do Rio de Janeiro. Na cidade imperial, determinadas freguesias possuíam maiores poderes locais que outras, como foi o caso das freguesias centrais (Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, Glória, Santana) por concentrar as principais moradias, comércio, manufaturas e a sede do governo consentiram que as decisões econômicas, sociais e políticas fossem realizadas nesta zona da cidade.

De fato, em redor dos centros de decisões instalam-se áreas dependentes que eram utilizadas de acordo com o interesse da cidade. Eram áreas de poderiam

⁵³ Muitos foram os sertões conquistados e explorados no solo brasileiro. Ana Maria da Silva Moura (1999) ao mencionar a conquista dessas terras distantes da área central, descreve como “as freguesias de fora”, e assim descreve: “As freguesias de fora, o chamado sertão possuíam uma população mais dispersa e em número bastante inferior às paróquias urbanas. Sua economia de coleta, artesanato, pecuária e horticultura abastecem o centro urbano.” (MOURA, 1988, p. 27 e 29). No caso dos sertões da região de Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro, de princípio essas freguesias de fora serviram como local de pastagem, mas após sua conquista tornaram área produtiva.

ser aproveitadas como produtora de alimentos para a cidade, locais de produção de mercadorias para exportação, áreas de pastagem e até áreas de expansão da cidade.

Como relatado anteriormente, os caminhos abertos pelo interior contribuíram para interligação de diferentes áreas. No entanto, no Brasil Imperial⁵⁴, com a necessidade de aumentar o abastecimento de alimentos para cidade e ampliar os domínios sobre diferentes áreas do país, estabeleceu o trem como um desses vetores de expansão na cidade.

Com a implantação do trem garantiu na cidade do Rio de Janeiro o afastamento relativo da produção e consentiu aos núcleos das cidades viverem exclusivamente do comércio e de administração. Lefebvre (2001) ao descrever esse “*afastamento relativo*” acrescenta: “...*tornando-se o centro de decisão ou antes agrupamento os centros de decisão, a cidade moderna intensifica, organizando-a, exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sócias não dominantes). Isto é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios da produção).*” (LEFEBVRE, 2001, p. 63).

Essa integração entre o urbano e o rural destacado por Lefebvre é decorrente do crescimento do espaço urbano em direção à periferia. Entretanto, o autor considera que esta permanência de atividades agrestes em áreas urbanas é consequência de resistência, que pode ser de diferentes tipos: cultural, social e econômica.

Nesta compreensão de Lefebvre, as bases econômicas, sociais e culturais são geradas nas cidades que penetram no campo através de produtos e serviços de consumo, tais como: uso dos serviços de eletricidade e do gás, automóvel, televisão, utensílios de plástico, mobiliário qualificado de moderno, lazeres característicos do modo urbano, além das danças, costumes e a moda produzida nas cidades. Essas influências tornam o núcleo urbano o produto de consumo e contribuem para que a

⁵⁴ Em 1808, havia na Cidade do Rio de Janeiro, aproximadamente, sessenta mil habitantes, enquanto no final do século aumentava para quinhentos mil, o que nos faz compreender a necessidade de tão grande dilatação do espaço urbano nesse século (BERNARDES, 1992). Muito desse crescimento populacional deve-se à chegada da Família Real. Como se sabe, junto com os Reis chegou cerca de 15.000 pessoas e, praticamente, todos foram instalados na cidade do Rio de Janeiro.

relação “urbanidade - ruralidade” não desapareça, muito pelo contrário, as constantes intercessões permitem que sempre surjam outras relações (LEFEBVRE, 1999).

Tais idéias enumeradas acima não se anulam, ao contrário, se complementam. São teorias que contribuem no esclarecimento dos modos de viver em cidades e na dinâmica territorial.

Consideramos que esses conceitos de Lefebvre possibilitaram um entendimento mais rico da realidade histórica aqui presente; ao mesmo tempo, se mostram eficazes para o entendimento da complexidade da realidade que questionamos no início desta apresentação.

3.5 Considerações

Como visto no capítulo “*Continnum Urbano, Expressão Urbana e a Relação Campo/Cidade*”, com o advento da sociedade moderna ocorreram mudanças de uso nas cidades.

De fato, após a Revolução Industrial na Inglaterra, no final do século XIX, houve crescimento demográfico e espacial das cidades, determinando uma nova ordem no espaço e incorporando à cidade novas funções e a divisão nítida dos espaços comerciais, residenciais e industriais. A conseqüência no espaço urbano foi à expansão da cidade e o surgimento de novos estilos de construção que mudaram o aspecto da cidade, como por exemplo: construções de grandes fábricas, estações de trem, depósitos, grandes lojas, prédios destinados aos serviços.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, a definição desses tempos modernos foi marcada pelas crescentes atividades desempenhadas pelos setores industriais e comerciais, que além de alterar o tipo e quantidade da produção, também influenciaram a expansão da cidade.

Por algum tempo, a cidade moderna explorou territórios vastos, e estabeleceu uma divisão nítida de funções, onde o campo concentrava o espaço de produção, e

a cidade, área exclusiva de circulação e consumo de mercadorias. E foi assim que o até então *sertão carioca*⁵⁵ tornou-se o principal espaço agrícola do município, e posteriormente, área de expansão habitacional e industrial da cidade.

⁵⁵ A nomenclatura de Sertão Carioca foi criada por Armando Magalhães Corrêa (1889-1944). O autor em questão foi um importante escultor, desenhista, professor e escritor. Dentre essas qualidades, exerceu cargo de conservador na seção de História Natural no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, situado na cidade do Rio de Janeiro, e entre as atividades profissionais, especializou em desenho gráfico das espécies da flora e da fauna que faziam parte do acervo museu, tendo sido inclusive premiado por suas ilustrações a bico de pena. A arte de desenhar foi apenas uma das suas aptidões. Ele tinha também a facilidade de aprender sem um mestre lhe ensinando ou instruindo, característica essa que conquistou prestígio profissional e reconhecimento na sociedade. Alguns estudiosos⁵⁵ associam esses conhecimentos de autodidata lhe rendeu um convite para ser um colaborador assíduo do jornal mais expressivo da sua época - O Correio da Manhã. Neste desempenhou as funções de ilustrador de desenhos, e posteriormente, escritor de crônicas do cotidiano da sua época - sobretudo da paisagem das localidades de Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes e, principalmente, do modo de vida rural – ambos os aspectos distintos das regiões centrais do então Distrito Federal. Dos artigos publicados no jornal, durante os anos de 1931 e 1932, expôs os aspectos naturais e humanos da localidade, principalmente da região onde vivia, sendo que alguns foram transformados em obras, como: “Terra Carioca”, “Ilhas da Guanabara”, neste inclui “O Sertão Carioca”. Guardadas as diferenças o conceito de sertão aderiu-se a várias áreas do Distrito Federal em diferentes tempos de sua história, embora tenha se popularizado, com a obra de Magalhães Corrêa chamado de O Sertão Carioca, publicado na década de 1930. A obra, , descreve, em detalhes, o cotidiano dos “sertanejos peri-urbanos” – assim denominados, na obra, os moradores da região de Jacarepaguá, até a dinâmica econômica encontrada, como: a coleta de espécies vegetais, a caça, a extração da lenha e, também, a confecção de utensílios de barro ou a fabricação de esteiras e redes, além da comercialização de frutas e produtos hortigranjeiros.

4 A MODERNA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos (tais como crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas, ou desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e de propriedade. (LEFEBVRE, 1991, p. 58).

4.1 Introdução

Na citação acima, retirada da obra *O direito à cidade* (1991), Lefebvre expõe as modificações profundas no modo de produção. No entanto, essas transformações no urbano não podem ser compreendidas sem a compreensão das instituições oriundas das relações de classes, de propriedades, de poder. Neste capítulo, chamamos a depor o autor Décio Saes da obra: *A formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891* (1985) para compreensão da origem do Estado burguês no Brasil. Nela, o autor descreve a passagem do sistema escravista para o capitalismo como uma verdadeira revolução política pelas grandes transformações ocorridas na estrutura jurídica-política do Estado, dentre elas: relações de produção, divisão de trabalho e surgimento de uma nova classe social.

O histórico da ocupação da cidade do Rio de Janeiro, presente neste capítulo, serviu como contraponto para o entendimento de como as alterações econômicas, sociais e políticas do mundo moderno influenciaram o espaço urbano.

4.2 A formação do estado burguês no Brasil

Décio Saes descreve as transformações no espaço de produção da cidade como sendo consequência da reorganização do aparelho de Estado. Para ele, até 1888 (ano da abolição) o país era controlado por uma classe dominante (*fazendeiros de grande porte escravista; fazendeiros de médio porte escravista; mercadores de escravos e proprietários de ganho*) capaz de estabelecer medidas políticas

destinadas a manter seus interesses econômicos. No entanto, com o fortalecimento econômico de uma nova classe dominante não escravista (*comissários, banqueiros, exportadores e importadores*) aparece a necessidade de uma nova estrutura da realidade social.

Saes, ao descrever o sistema escravista, destaca este o modelo econômico como garantidor do colonialismo, pelo fato de os proprietários escravistas produzirem exclusivamente para o mercado externo. Essa organização foi vital para o desenvolvimento da colônia, pois além de manter os interesses econômicos da Metrópole consentia a participação dos escravistas nas decisões econômicas e políticas no Brasil até o Império.

Para o autor, esse entrelaçamento de interesses não permitia que os não escravistas (banqueiros, exportadores e importadores) a participassem do poder de decisão; era necessário extinguir o estado escravista para estabelecer um estado capitalista. A burguesia exigia uma mudança no poder jurídico-político, e assim, estabelecer uma nova relação socioeconômica e política.

Saes considera que a abolição da escravatura contribuiu para a emergência da nova classe social interessada não só em participar dos poderes decisórios nacional, como também anular o poder do estado escravista, que também extinguiu o direito de um homem sobre o outro, definindo da seguinte forma: “*o direito igual para os desiguais permaneceu*”, entendido, na barreira legal para a compra, troca, venda ou hipoteca de escravos; a individualidade de todos agentes da produção e igualização jurídica entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos. De fato, se para o autor, outrora o trabalhador explorado era controlado totalmente pelos fazendeiros, com o poderio econômico dos burgueses (detentores dos meios de produção) passaram a ser trabalhadores explorados pelo capital.

De fato, com a Proclamação da República, a extinção da escravidão e a implantação da Constituinte em 1891, o cenário político e a participação de muitos brasileiros na Assembléia Constituinte possibilitaram a reorganização do aparelho de Estado burguês, e finalmente, a implantação do Estado burguês.

No ponto de vista estabelecido por Décio Saes à passagem do sistema

escravista para o capitalismo consistiu uma verdadeira revolução política, devido às grandes transformações ocorridas na sociedade, principalmente nas relações de produção, divisão de trabalho e surgimento de uma nova classe social. Além da extinção dos escravos implicar na liberdade de parte dos trabalhadores no campo a contribuir para a formação do mercado de trabalho urbano.

Essas transformações relatadas por Saes influenciaram tanto as relações sociais como o novo direito (lei, aparelho jurídico), que possibilitaram todos os homens a serem considerados cidadãos, seja na capacidade de todos os homens tornarem-se livres nos atos de sua vontade.

No entanto, essa igualdade não se fez presente nos locais de emprego. Saes relata que o Estado burguês, mesmo estimulando as grandes mudanças na sociedade brasileira, manteve a ideologia segundo a qual os escravos eram incapazes para os serviços nas indústrias. Os argumentos utilizados foram a suposta incapacidade mental dos ex-escravos de executarem serviços mecanizados, mas de fato o que estava sendo estimulado era o uso do trabalhador assalariado, ou seja, os imigrantes europeus que começavam a chegar no Brasil para fazer parte da formação do mercado de trabalho urbano.

De fato, a reestruturação produtiva do capitalismo possibilitou a introdução do trabalho assalariado, principalmente em economias em expansão que passaram a subsidiar a imigração como forma de suprir deficiências em mão de obra.

O trabalho assalariado, o fluxo de imigração e as demais mudanças economias sociais, políticas e economias mudaram a fisionomia da cidade e colaboraram para incorporar o sertão à malha urbana⁵⁶.

⁵⁶ Com o fim da Monarquia e o advento da República, no final do século XIX e início do XX, os republicanos para reforçar a legitimação, combateram tudo que lembrava a antiga sociedade imperial. O progresso e a modernidade, tão presentes em seus discursos, buscaram não apenas “apagar” a imagem deixada pela monarquia, mas principalmente, trazer para a nova capital do país, o cotidiano moderno do capitalismo em consolidação. As demandas relativas à efetivação deste cotidiano corroboraram com a importância do debate sobre as reformas da cidade; os argumentos utilizados compreendiam desde a necessidade de combater as epidemias que eram constantes na cidade, principalmente nas moradias a serem demolidas, até preparar a cidade para o crescimento econômico do país. Em nome da modernidade, a cidade do Rio de Janeiro foi reconstruída, ou melhor, elucidando, a área central da cidade, essas intervenções não apenas remodelaram a cidade, mas ao transformar, deu a parte central da cidade um novo uso ao espaço. Tudo confirma que o modelo da modernidade representou não apenas a ruptura com a sociedade tradicional, mas ao transformar a paisagem urbana do Rio de Janeiro, através de “obras de embelezamento” (construção de novas avenidas, aterros e do Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, Palácio Monroe além de iluminação dos principais logradouros do centro da cidade. (BENCHIMOL, 1992)

4.3 Considerações

Como visto a organização do Estado burguês refletiu no espaço da cidade. Nas grandes reformas urbanísticas, onde se enfatizara a estética segundo o modelo europeu, pelo embelezamento das avenidas localizadas em área nobres da cidade, construções de praças, parques e jardins no estilo europeu.

Das cidades brasileiras, o Rio de Janeiro destacou-se nessas mudanças. As reformas urbanas não apagaram apenas a imagem da cidade colonial, mas também projetaram uma nova cidade voltada para os tempos modernos, na qual se incluía a circulação de homens, máquinas, além serviços e equipamentos.

De fato, em prol da modernidade, a área central da cidade do Rio de Janeiro foi reconstruída. Intervenções essas que não apenas remodelaram a cidade, mas também deram um novo uso ao espaço urbano do Rio de Janeiro.

5 CONCLUSÕES

“De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.” (Italo Calvino, Cidades Invisíveis)

5.1 Onde o rural e o urbano convivem

Diante do registrado, é importante refletir a propósito da produção agrícola como um setor industrial. Se outrora, o campo produzia em bases rudimentares para um mercado restrito, com a introdução de maquinarias e grandes investimentos, essa área rural ficou subordinada às exigências do capital. A modernização não apenas introduziu um novo modo de produção, mas também estabeleceu uma nova dinâmica econômica, social e política nessas áreas.

A citricultura é um bom exemplo de modernização na região da AP V; o grande investimento da cultura, além de mudar a paisagem da localidade⁵⁷, também permitiu que um novo segmento econômico atuasse no campo – os grandes produtores e investidores.

A primeira sequência lógica foi à industrialização da agricultura, que ao transformar a forma de cultivo, aproximou o espaço rural do urbano. Neste contexto, foi marcante a subordinação da agricultura à inovação tecnológica desenvolvida nos espaços urbanos.

No caso das áreas correspondentes às antigas freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, os processos de modernização e de urbanização penetraram nos territórios rurais e embrenharam-se no espaço, resultando na industrialização da citricultura que se integra aos circuitos da economia capitalista. Como já nos descreveu Lefebvre:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o

⁵⁷ A paisagem nessas áreas rurais já vinha sendo alterada após a implantação da primeira estação de trem, em 1872. O aumento do fluxo de passageiros, aberturas de ruas próximas às estações e implantação de comércio próximo as essas áreas, apresentam dados de uma estreita correlação dessas transformações de uma parte dessa região, de rural, em urbana.

campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 1999, p.17).

Essa interconexão entre o urbano e o rural destacado por Lefebvre é decorrente do crescimento do espaço urbano em direção à periferia. O espaço urbano não mais controla e comercializa a produção do campo, mas também a transforma e agrega valor - a cidade capitalista utiliza da área rural para garantir maiores participações no desenvolvimento do capital, investimento esse fundamental para dominar as formas de produção na área rural; e em contrapartida, o rural perde sua autonomia e passa a depender da cidade para sua própria produção.

Como dito por LEFEBVRE (1999), a vida urbana penetrou no campo através de sistemas de objetos e sistemas de valores, elementos que contribuem no domínio constante do modo de viver urbano sobre o rural. No entanto, nem todos envolvidos absorveram o modo urbano de viver.

De fato, o antigo sertão absorveu modos e costumes urbanos que transformaram radicalmente sua paisagem. Enquanto algumas zonas tornavam áreas exclusivas para a grande produção agrícola, outras passaram a ser exclusivas de residências ou zona industrial, transformando radicalmente determinadas localidades da cidade.

LUCENA destaca que essa mudança no antigo sertão localizado na região do Mendanha e de Guaratiba, principalmente após a abertura da Avenida Brasil até Santa Cruz, que passou a ser ocupada por indústrias de base e complementares. E até recentemente⁵⁸ a região cultivava, em pequena escala, produtos na área da olericultura (pimentão, chuchu, jiló etc.) e fruticultura (coco, manga, maracujá etc.), além de plantas exóticas e ornamentais voltadas para o mercado urbano da cidade.

Como se percebe, Campo Grande mantém em seu território um desenvolvimento de atividades econômicas rurais e urbanas. De certa forma, na bibliografia recente, relata a região da AP V como subentendida de: área de

⁵⁸ O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro II destaca que até 2003, Campo Grande possuía uma zona de plantio, principalmente na produção de coco, chuchu, aipim, batata doce e frutas. O relatório descreve a região com uma vasta área de características tipicamente agrícola, apesar de possuir um distrito industrial e de ter um comércio próprio autônomo desde o tempo do Império.

transformação, de conquista de território, distritos industriais, conjuntos habitacionais e onde predomina uma população pobre.

No entanto, cabe observar que ANDRADE (1998)⁵⁹, ao definir os usos não urbanos na AP V, reconhece que vem se tornando mais rara a ocupação de atividades agrícolas na região, mas ainda é possível encontrar pequenas lavouras e pastagens ao longo das Estradas que ligam Campo Grande às áreas de Magarça e Cachamorra, em direção à RA de Guaratiba, entre Santa Cruz e Sepetiba, como também ao norte da Av. Brasil. E conclui que, atualmente, o processo de ocupação provocado por atividades urbanas na localidade deve-se ao principalmente a políticas públicas desenvolvidas na região que acabaram incentivando a ocupação de indústrias na região. Assim relata:

O uso industrial caracteriza-se por forte dispersão de estabelecimentos pequenos e médios que se mesclam à malha urbana, mas também pela intensa concentração de grandes empreendimentos, resultado de políticas oficiais de transferência e atração de indústrias, inicialmente , pela COPEG, e depois pela CODIN, fazendo surgir os Distritos Industriais de Santa Cruz, Campo Grande, Paciência e Palmares. Tais políticas fizeram surgir outros estabelecimentos de porte, fora dos distritos, o que valeu a criação, por lei estadual, de diversas ZUPIs - Zona de Uso Predominantemente Industrial. Nestas áreas, embora sua ocupação seja ainda esparsa, localizam-se algumas indústrias de porte, destacando-se a Valesul e a COSIGUA, em Santa Cruz, e a Michelin, em Guaratiba. (ANDRADE, 1998, p. 30)

De fato, determinados autores reconhecem que a região teve sua atividade tradicional alterada desde o final dos anos 50, e utiliza como marco desta mudança a transferência da capital do país para Brasília, a instalação do Distrito Industrial na região e no recém criado Estado da Guanabara. O pólo industrial é visto como suporte econômico à nova unidade da Federação.

Outro fator que pode ser analisado como uma alteração da paisagem na região foi o adensamento populacional ocorrido em meados dos anos 50⁶⁰, gerado pela chegada de novos trabalhadores que buscavam melhores oportunidades de emprego e de qualidade de vida. Entretanto com a “explosão” populacional trouxe

⁵⁹ Análise retirada da tese de ANDRADE, Carlos Fernando de Souza. Parâmetros urbanísticos em loteamentos irregulares e clandestinos na zona oeste do Rio de Janeiro. 1998. 258 f. Tese (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

⁶⁰ A população brasileira deslocava para Capital da República em busca de melhores oportunidades de emprego. De princípio a maioria dos trabalhadores que chegaram no Rio de Janeiro tinham sua origem em cidades próximas ou de estados vizinhos, só após a construção da Rodovia Rio - Bahia que iniciou a grande demanda dos nordestinos para a cidade. De acordo com ABREU (1987), a migração interna contribuiu em muito para o crescimento dos subúrbios .

para toda a cidade o crescimento desordenado e o agravamento dos problemas de infra estrutura. E neste contexto de crescimento populacional na cidade, a AP V absorveu um segmento significado da população transplantada e assentada – muitos foram acomodados nos conjuntos habitacionais construídos pelo o Estado.

Ao mesmo tempo em que documentos elaborados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registram que até hoje a região abriga uma vasta área rural com grandes descampados, convivendo com a ocupação progressiva de um parque industrial que está mudando as feições do lugar.

Percebe-se na localidade que nem todos os habitantes absorvem o modo urbano de viver, como já nos descreveu Lefebvre na relação “*urbanidade - ruralidade*”, onde afirma que as características rurais não desapareçam; muito pelo contrário, as constantes intercessões permitem que sempre surjam outras relações (LEFEBVRE, 1999). Entretanto sabe-se apenas que são áreas com características rurais, mas com a tendência do crescimento do comércio e da implantação das indústrias nessas localidades, acontecem mudanças rápidas e que impõem o ritmo dos avanços urbanos. Lefebvre reconhece que o espaço rural está cada vez mais envolvido com as manifestações da cidade.

Neste sentido, apesar das especialidades do rural, este tem sua participação intensificada em circuitos e redes, sobretudo em setores onde não há poder de decisão, como é o caso do armazenamento, acondicionamento e circulação. Conseqüentemente, esses fatores influenciam as formas de trabalho, produção e comercialização no meio rural.

Além das formas de produção e de urbanização em partes no espaço rural, o campo incorpora hábitos de consumo urbanos, como equipamentos (rodovias, ferrovias, redes de transmissão de energia elétrica). Essas representações urbanas sobre o rural passam a ser uma constante e transformam as condições de vida e do trabalho no mundo rural.

Esses equipamentos urbanos que penetram e modificam o espaço rural não o transformam em espaço urbano, mas sim, são responsáveis pelas modificações no espaço rural e aproximação da realidade urbana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca).

_____, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3. ed. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: SMU: IPLANRIO, 1997.

ALMANAK LAERMERT. *Almanak administrativo, mercantil e industrial*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1884-1889. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2009.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação in: *Estudos históricos: história e região*, Rio de Janeiro, v.8, n. 15, p.145-151. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/169.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2007

_____. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, Sidney V.; AMADO, Janaina. *Passando dos limites*. Goiânia: UFG, 1995.

AMARO, Tânia. *Rio de Janeiro: desenvolvimento e retrocesso*. Disponível em: <<http://www.debatesculturais.com.br/rio-de-janeiro-desenvolvimento-e-retrocesso/>> Acesso em: 15 jul. 2009.

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais - século XVIII*, São Paulo: Annablume, 2008.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial*. Ensaio de geografia urbana. Terra Livre. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1994. n.10.

ANDRADE, Carlos Fernando de Souza. *Parâmetros urbanísticos em loteamentos irregulares e clandestinos na zona oeste do Rio de Janeiro*. 1998. 258 f. Tese (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

BERNARDES, Lysia; SOARES, Maria Terezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca).

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Klick, 1995.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BEUTTENMÜLLER, Alberto. *Sérgio Buarque de Holanda: o homem cordial*. Digestivo Cultural. Disponível em: <<http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=18.>> Acesso em: 8 fev. 2008.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920: População do Rio de Janeiro (Districto Federal)*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura: Indústria e Comércio, 1923. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CORRÊA, Armando Magalhães. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

CORTESÃO, Jaime (Org). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.

CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Turismo e Esportes, 1994.

_____, Delgado de. *Chorografia do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1926.

CAVALCANTI, Nireu de Oliveira. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

_____. *Santa Cruz: uma paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. (Prefeitura do Rio. Contos do Rio v.21).

COSTA, Marcelo Cardoso. *Orçamento público e democracia local: entre o real e o mito. Um estudo de caso sobre o município de São João de Meriti*. 2005. 158 f. Dissertação (mestrado em planejamento urbano e regional) – Universidade do Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1965. (Coleção Rio 4 Séculos).

DOMINGUEZ PEREZ, Maurício. *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia Ed., 2007.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. In: _____. *Os pensadores XXXIII: Conte e Durkheim*. São Paulo: Abril, 1973. V.33.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

ENGELS, F.A. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida. Gênese e (re) produção do espaço da Baixada Fluminense. *Revista Geo-Paisagem*, v.3, n.5, jan/jun.2004. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Baixada.htm>(2004)>. Acesso em: 20 abr. 2007.

FRANCO, José Luiz de Andrade. Natureza no Brasil: idéias, políticas, fronteiras (1930-1992). In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. (Org.) *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: UFG/Agapel, 2000.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMON, José Augusto. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro: Maguinhos, v.12 n.3, set. / dez, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*, 5. edição. Rio de Janeiro/Brasília, J.Olympio, 1977.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei*. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zarhar, 1994.

FRÓES, José Nazareth de Souza. *Rumos ao Campo Grande, por trilhas e caminhos*. Rio de Janeiro: Burner, 2004.

_____. *A História de uma Freguesia do Arcebispado do Rio de Janeiro revista e documentada*. Rio: COPIARTE, 2006.

GIRARD, L. L. *A inserção de imigrantes europeus na cidade de Brasília*. Disponível em: <http://www.urbanidades.unb.br/artigo_1_luana_girard.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2009.

GOLDMAN, Elisa. *A Cultura personalista como herança colonial em raízes do Brasil*. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist02a.htm>>. Acesso em: 12 mar.2009.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HOLANDA, A. B. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

IBGE. *Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2007.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *Anuário estatístico da cidade do Rio de Janeiro 1997*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1998.

JOÃO, do Rio. *Psychologia urbana*. Rio de Janeiro, Paris: Garnier, 1912.

LAEMERT, E.V. *Akmanak das províncias do Rio de Janeiro*: Artur SAUER, 1883. v.2.

LAMAS, José P. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbentrian, 1992.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem e orthographia da lingua portugueza*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1784.

LEÃO, Manuel Vieira. Campo Alegre (Resende) até Ribeirão das Lages. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1767. Cartas Topographicas da Capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam General e Vice-Rey do Estado do Brazil.

_____. Parati, Facão. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1767. Cartas Topographicas da Capitania do Rio de Janeiro mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam General e Vice-Rey do Estado do Brazil

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 2001.

LIMA, Evelyn; WERNECK, F. Rio de Janeiro: permanência e mudança. In: SCHIAVO, C.; ZETTEL(Orgs.). *Memória, cidade, cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LUCENA, Marta. *Do rural ao periférico: a territorialização de um espaço. O processo de periferização da zona rural do município do Rio de Janeiro (século XX).*

Disponível em:

<http://egal2009.easyplanners.info/area05/5256_Gomes_Lucena_de_Lima_Marta.do.c.> Acesso em: 25 jul. 2009.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII.* 1995. 104 f. Tese (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano: Hucitec, 1992*

_____. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário.* São Paulo: 2008

_____. *A sociabilidade do homem simples.* São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?.* São Paulo: Edusp: Nobel, 1991.

MASCARENHAS, Gilmar. *O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989).* 1991. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

MATTOS, Ilmar. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial.* Rio de Janeiro: Access, 1994.

MEDEIROS, M. T. *Lei do inquilinato: a intervenção do poder público no espaço urbano carioca.* In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA E TRABALHO, 46, 1994, Vitória. *Resumo....* Vitória: SBPC, 1994.

MELLO, Mariana Ferreira. *Rio de Janeiro e o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil.* Disponível em:

<www.universidade.br/uc/cursos/.../tur/.../transferencia_corte.pdf.> Acesso em: 25 mai. 2009.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *A reforma urbana e o subúrbio carioca na historiografia.* Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii->

[simposio/anais/textos/CRISTIANE%20REGINA%20MIYASAKA.pdf](#). Acesso em: 4 jul.2009.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, Maria Sarita. *Saberes rurais: o caso da fazenda modelo e das escolas rurais do sertão carioca*. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Maria_Sarita_Mota.pdf>. Acesso em: 29 jul.2009.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado de Guanabara*. Rio de Janeiro: ALERJ: FGV: Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, 2001.

MOURA, Ana Maria da Silva. Tijuca: do sertão à civilização in: Schiavo, C; ZETTEL, J. (Orgs). *Memória, cidade, cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1993. N.10.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colônia (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec. 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v.5, supl., jul.1998.

PECHMAN, Robert Moses. *Gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. 1985. 257 f. Dissertação (Mestrado planejamento urbano e regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

PIZARRO, José de Souza Azevedo Araújo (Monsenhor Pizarro) *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1948. 10 vols. Série Biblioteca Popular Brasileira.

PMERJ. *Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1999.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500 / 1720)*. São Paulo: Pini, 1968.

RESENDE, Maria Leônia Chaves. *Gentios Brasília: índios coloniais em minas setecentista*. 2003. 158 f. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2003.

REVISTA A LAVOURA, Rio de Janeiro, ago./ dez, 1942.

REVISTA MUNDO AGRÁRIO. Rio de Janeiro, v.2, n. 10, abr. 1954.

REVISTA POLYANTHÉA. Rio de Janeiro: maio, v. único, 1920.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. *A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro; o resgate de sua memória*. Brasil: Memória do Trem, 2004. Disponível em: <<http://www.central.rj.gov.br/010204.htm>> Acesso em: 15 jul. 2008.

ROCHA, Oswaldo Porto; CARVALHO, Lia de Aquino. *A era das demolições/habitações populares*. Rio de Janeiro, 1995. (Coleção Biblioteca Carioca).

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

_____. A Terra de nossos filhos. O movimento de luta pela terra no sertão carioca (1945-1964). *Hispania Nova: Revista de Historia Contemporánea*, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://hispanianova.rediris.es>> Acesso em: 8 out.2007.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br> Acesso em: 13 abr. 2008.

SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jayme (Orgs.). *Memória, cidade e literatura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Adriana Carvalho. *A Leitura urbana de Lima Barreto em Clara dos Anjos*. Disponível em: <http://www.nepec.com.br/Adriana%20Carvalho%20Silva_esp%C3%A7o_e_cultura_25.pdf> Acesso em: 27 nov. 2009.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v.24, n.2, p.157-241, abr. / jun.1952.

SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. v. 2.

TÖNNIES, F. *Princípios de sociologia*. México, Fondo de Cultura Económica, 1942.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro / séculos XIX / XX*. Rio de Janeiro: FAPERJ: 7 Letras, 2002.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

WEID, Elisabeth Von der. *O bonde como elemento de expansão urbana*. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_ElisabethvonderWeid_Bonde_elemento_expansao_RiodeJaneiro>. Acesso em: 15 mar.2009.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1985.
ANEXO

O Sertão Carioca de autoria de Magalhães Correia [192 ?]

